



ACADEMIA MILITAR

A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL - RELAÇÃO ENTRE A CRIMINALÍSTICA E A OPERATIVA - ESTUDO DE CASO: COMANDO TERRITORIAL DE SETÚBAL

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR André Albano Nunes Filipe

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Tenente-Coronel de Cavalaria da GNR Diogo Almeida e Brito
Moreira Soares

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2020



ACADEMIA MILITAR

A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL - RELAÇÃO ENTRE A CRIMINALÍSTICA E A OPERATIVA - ESTUDO DE CASO: COMANDO TERRITORIAL DE SETÚBAL

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR André Albano Nunes Filipe

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Tenente-Coronel de Cavalaria da GNR Diogo Almeida e Brito
Moreira Dóres

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2020

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que marcaram o meu caminho.

AGRADECIMENTO

A realização do presente trabalho de investigação aplicada apenas foi possível através do contributo e esforço de várias pessoas, este empenho merece ser reconhecido e exaltado, com o manifesto público da minha gratidão.

Primeiramente gostaria de agradecer todo o envolvimento e empenho do Professor Doutor José Fontes, orientador do presente trabalho de investigação, o qual demonstrou total disponibilidade e dedicação desde o princípio, não só no período referente ao presente trabalho, mas durante todo o meu percurso académico, sendo de louvar todos os seus ensinamentos enquanto docente e todas as suas qualidades profissionais, constituindo um exemplo para todos os alunos da Academia Militar.

Agradecer também ao meu coorientador, Tenente-Coronel Diogo Almeida e Brito Moreira Dore, sem o qual não teria sido possível elaborar o presente trabalho de investigação, demonstrando uma total disponibilidade e entrega, estando sempre pronto a transmitir todo o seu conhecimento e incentivo à conclusão do trabalho, independentemente de todas as dificuldades causadas pela situação de saúde pública existente.

Uma palavra de apreço a todos os entrevistados que cederam um pouco do seu tempo com o intuito de contribuir com a sua experiência profissional para a investigação, e que valorizaram de forma determinante o presente trabalho. Ao Tenente-Coronel Paulo Cabrita, ao Capitão Luís Maciel, ao Capitão Fábio Afonso, ao Capitão Ricardo Samouqueiro, ao Capitão Celso Pereira, ao Sargento-Chefe José Campos, ao Sargento-Ajudante Leonel Neves, ao Primeiro-Sargento Luís Pereira, o meu sincero obrigado.

Aos meus Pais, sem os quais seguramente não estaria onde estou hoje, por sempre terem demonstrado o seu amor e apoio, por terem sido nos bons e nos maus momentos o meu principal suporte, por me terem educado à sua imagem, fazendo com que fosse a pessoa que sou, o meu eterno obrigado.

À minha namorada, por toda a amizade e apoio, por ter estado sempre do meu lado, transmitindo toda a energia e motivação que precisei para ultrapassar os vários obstáculos que se atravessaram no caminho, contribuindo para que concluísse não só esta etapa como todas as que a precederam.

Por fim, agradecer a todos os meus camaradas do XXV Curso, por terem sido uma verdadeira família ao longo dos últimos 5 anos, convosco cresci e aprendi, moldaram em grande parte a pessoa que sou, muito obrigado.

RESUMO

A Investigação Criminal na Guarda Nacional Republicana é uma das principais ferramentas na procura pela verdade e consequente concretização da justiça na sua área de competência; é uma valiosa fonte de conhecimento do local do crime, espelhando a sua investigação para o Ministério Público, por forma a que possa realizar a investigação da forma mais transparente possível. Nesta senda, é essencial que a relação entre as suas vertentes de investigação, nomeadamente a operativa e a criminalística, funcionem em perfeita harmonia.

O presente trabalho de investigação tem como principal objetivo encontrar possíveis melhorias na relação entre as vertentes criminalística e operativa no Comando Territorial de Setúbal. Por forma a alcançar este objetivo foram definidos alguns objetivos específicos, nomeadamente, explicar quais as funções e orgânica das vertentes operativa e criminalística, compreender como interagem e quais os processos de trabalho existentes, identificar possíveis problemas existentes na relação e na forma de interagir entre as vertentes da investigação criminal e identificar possíveis soluções para estes problemas com modelos que facilitem e melhorem a relação entre ambas.

Para alcançar os objetivos supracitados, foi empregue uma metodologia científica, que utiliza o método dedutivo, ou seja, procura alcançar conclusões através de um raciocínio que parte do geral para o particular e elaborando uma abordagem essencialmente qualitativa, utilizando como principais estratégias de recolha de dados, a análise documental e as entrevistas a oficiais e sargentos, responsáveis pelos vários núcleos e secções que constituem as vertentes da Investigação Criminal mencionadas.

O presente trabalho de investigação possibilitou concluir que a evolução da sociedade exige uma paralela evolução das organizações, não sendo a Guarda Nacional Republicana uma exceção, principalmente no que diz respeito à Investigação Criminal, que sofre constantes alterações com o aparecimento de novas técnicas por parte dos criminosos, constituindo uma necessidade de constante atualização dos militares ao serviço, assim como de toda a orgânica da instituição, com o desenvolvimento de novas temáticas e ideologias.

Palavras-Chave: Investigação Criminal, Criminalística, Operativa, Guarda Nacional Republicana e Inspeção Judiciária.

ABSTRACT

Criminal Investigation in the Guarda Nacional Republicana is one of the main tools in the search for the truth and the consequent realization of justice in its area of competence, it is the main source of knowledge of the crime scene, mirroring its investigation to the public ministry, so that they can investigate in the most transparent way possible. From this point of view, it is essential that the relationship between its aspects of investigation, namely the operational aspect and the criminalistic aspect, work in perfect harmony.

This research work has as main objective to find possible improvements in the relationship between the criminal and operational aspects in the Territorial Command of Setúbal. In order to achieve this objective, some specific objectives have been defined, namely, to explain which are the functions and organics of the operational aspect and of the criminalistic aspect, understand how these two aspects interact and what existing work processes, identify possible problems existing in the relationship and in the way of interacting between the aspects of criminal investigation and identifying possible solutions to these problems with models that facilitate and improve the relationship between the two aspects.

In order to achieve the aforementioned objectives, a methodology was employed, using the deductive method, that is, seeking to reach conclusions through reasoning that starts from the general to the particular and elaborates an essentially qualitative approach, using as main data collection strategies, document analysis and interviews with officers and sergeants, responsible for the various nuclei and sections that constitute the aspects of the Criminal Investigation mentioned.

The present investigation made it possible to conclude that the evolution of society requires a parallel evolution of organizations, the Guarda Nacional Republicana being no exception, especially with regard to Criminal Investigation, which undergoes constant changes, with the appearance of new techniques by the criminals, constituting a need for constant updating of the military in the service, as well as of the entire organization of the institution, with the development of new themes and ideologies.

Keywords: Criminal Investigation, Criminalistic, Operative, Guarda Nacional Republicana and Judicial Inspection.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTO	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE GERAL	v
ÍNDICE DE FIGURAS	vii
ÍNDICE DE TABELAS	viii
ÍNDICE DE QUADROS	ix
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	x
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	4
1.1. Conceito material de Investigação Criminal.....	4
1.2. Conceito normativo de Investigação Criminal	5
CAPÍTULO 2 – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA GNR.....	8
2.1. Enquadramento do Despacho n.º 18/14-OG, de 11 de março	8
2.2. Missões e orgânica dos vários órgãos de IC da GNR.....	9
2.3. Organização da IC no Comando Territorial de Setúbal.....	12
CAPÍTULO 3 – GESTÃO DO LOCAL DO CRIME	17
3.1. Enquadramento concetual.....	17
3.2. A atuação na Gestão do Local do Crime da GNR	19
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS	23
4.1. Enquadramento	23
4.2. Metodologia e Procedimentos	23
4.3. Modelo de Análise	24
4.4. Métodos e Técnicas de Recolha de Dados.....	24
4.5. Amostragem: Composição e Justificação	25
4.6. Técnicas de tratamento e análise de dados	26

CAPÍTULO 5 - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	27
5.1. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 1	27
5.2. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 2	30
5.3. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 3	33
5.4. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 4	35
5.5. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 5	38
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
APÊNDICES	I
APÊNDICE A — Quadro de Relação para a Elaboração das Entrevistas	I
APÊNDICE B — Caracterização dos Entrevistados	II
APÊNDICE C — Carta de Apresentação e Guião de Entrevista	III
ANEXOS	VI
ANEXO A – Organograma da DIC	VI
ANEXO B – Organograma da SIIC do CTer Tipo I	VII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Divisão gráfica de participações registadas por município no Distrito de Setúbal	13
Figura 2 - Número de participações por município no Distrito de Setúbal	14
Figura 3 - Organograma da DIC.....	VI
Figura 4 - Organograma da SIIC do CTer Tipo I.....	VII

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 — Participações registadas por Distrito e Região Autónoma	13
Tabela 2 — Caracterização dos entrevistados	II

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 — Análise das respostas à questão n.º 1	29
Quadro 2 — Análise das respostas à questão n.º 2.....	31
Quadro 3 — Análise das respostas à questão n.º 3.....	34
Quadro 4 — Análise das respostas à questão n.º 4.....	37
Quadro 5 — Análise das respostas à questão n.º 5.....	39
Quadro 6 — Quadro de relação para a elaboração das entrevistas	I

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICES

APÊNDICE A	QUADRO DE RELAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DAS ENTREVISTAS
APÊNDICE B	CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS
APÊNDICE C	CARTA DE APRESENTAÇÃO E GUIÃO DE ENTREVISTA

ANEXOS

ANEXO A	ORGANOGRAMA DA DIC
ANEXO B	ORGANOGRAMA DA SIIC do CTer Tipo I

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AJ	Autoridade Judiciária
CPP	Código Processual Penal
CTer	Comando Territorial
DIC	Direção da Investigação Criminal
DT	Destacamento de Trânsito
DTer	Destacamento Territorial
GNR	Guarda Nacional Republicana
IC	Investigação Criminal
LOIC	Lei de Organização da Investigação Criminal
NAIIC	Núcleo de Análise de Informações e Informação Criminal
NAO	Núcleo de Apoio Operativo
NAT	Núcleo de Apoio Técnico
NEP	Normas de Execução Permanente
NIAVE	Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas
NIC	Núcleo de Investigação Criminal
NICAV	Núcleo de Investigação Criminal de Acidentes de Viação
NICCOA	Núcleo de Investigação de Crimes e Contraordenações Ambientais
NTP	Núcleo Técnico-Pericial
OE	Objetivos Específicos
OPC	Órgãos de Polícia Criminal
PD	Perguntas Derivadas
PGR	Procurador-Geral da República
PJ	Polícia Judiciária
PP	Pergunta de Partida
SEPNA	Secção de Proteção da Natureza e Ambiente
SIIC	Secções de Informações e Investigação Criminal
SRPD	Secção de Recolha da Prova Digital
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
ZA	Zona de Ação

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) está inserido no Mestrado Integrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança da Guarda Nacional Republicana (GNR), sendo um requisito para a obtenção do grau de mestre e consequente conclusão do curso académico efetuado na Academia Militar.

Intitulado de “A Investigação Criminal - Relação entre a Criminalística e a Operativa - estudo de caso: Comando Territorial de Setúbal”, o presente trabalho foi escolhido de entre uma bolsa de temas, proposta pelo coordenador científico com o objetivo fundamental de auxiliar a melhoria da Investigação Criminal (IC) da Guarda Nacional Republicana, fornecendo e analisando dados recolhidos no terreno, para que, desta forma, seja possível alcançar uma conclusão profícua ao melhoramento organizacional.

O presente tema, tal como indica, incide sobre o relacionamento entre duas das vertentes da investigação criminal, a operativa e a criminalística. A relação entre estas duas vertentes pertencentes à Investigação Criminal da Guarda Nacional Republicana é um fator importante para que seja desenvolvida uma investigação criminal mais eficiente e célere, de forma a alcançar os objetivos da IC. Dada a importância crucial da Investigação Criminal para a descoberta da verdade e para a concretização da justiça em Portugal, é fundamental que a relação existente entre os núcleos com deveres de investigação seja a mais harmoniosa possível.

A premissa da GNR como força de segurança humana, próxima e de confiança, pressupõe a manutenção constante do sentimento de segurança dos cidadãos, sendo essencial a inexistência de um sentimento de impunidade por parte dos autores dos crimes investigados pelas forças e serviços de segurança, podendo este decorrer de uma investigação débil.

É neste seguimento que ocorre a escolha do presente tema de investigação, do sentimento do alcance de justiça e de melhoria das condições de trabalho dos militares e de organização da própria instituição, do contributo para a evolução institucional, marcada pela integração e uniformização de novas práticas e procedimentos.

Sendo o atual mestrado integrado na especialidade de segurança é de todo pertinente realizar uma investigação capaz de orientar, descobrir e solucionar algumas lacunas existentes nas forças e serviços de segurança, nomeadamente na GNR, possibilitando desta

forma uma evolução técnica e tática, capaz de acompanhar a crescente evolução da criminalidade, cada vez mais global e organizada.

Por forma a alcançar tal conhecimento, será necessário definir de forma criteriosa um objetivo geral e objetivos específicos (OE), sendo que de forma geral o presente TIA pretende encontrar possíveis melhorias na relação entre as vertentes criminalística e operativa no Comando Territorial (CTer) de Setúbal e para isso tem como objetivos específicos:

OE1: Explicar quais as funções e orgânica da vertente operativa e da vertente criminalística;

OE2: Compreender como interagem estas duas vertentes e quais os processos de trabalho existentes;

OE3: Identificar possíveis problemas existentes na relação e na forma de interagir entre as vertentes da investigação criminal;

OE4: Identificar possíveis soluções para estes problemas com modelos que facilitem e melhorem a relação entre as duas vertentes.

Para que seja possível facilitar o papel do investigador, é considerada necessária a elaboração de uma pergunta de partida (PP), capaz de responder ao problema levantado na investigação, sendo a mesma, “De que forma é feita a articulação das vertentes criminalística e operativa e como pode ser melhorada?”.

Com o objetivo de responder à questão supracitada, sendo esta de carácter global, é essencial responder primeiramente a questões mais específicas, ou seja, perguntas derivadas (PD), que de forma sequencial vão dar resposta à pergunta de partida, nomeadamente:

PD1: Quais as funções e orgânica da vertente operativa e da vertente criminalística e o seu papel na investigação criminal?

PD2: De que forma é realizada a interação entre as vertentes criminalística e operativa?

PD3: Quais as dificuldades encontradas nesta relação?

PD4: Quais as possíveis soluções para as dificuldades encontradas?

A estrutura do presente TIA está organizada de forma sequencial, do geral para o particular, por forma a estimular o seguimento dos seus leitores, e fornecer todo o conhecimento necessário para a perceção das conclusões finais. Nesta senda, encontra-se dividido em cinco capítulos, precedidos de uma conclusão de toda a investigação.

O trabalho de investigação inicia com um enquadramento teórico, sendo que no primeiro capítulo, intitulado “Investigação Criminal”, é essencial descrever a definição de investigação criminal, em todos os seus âmbitos, material e normativo, e ainda compreender de que forma a lei atribui à GNR as suas competências nesta matéria.

No segundo capítulo, são abordadas as vertentes da IC da GNR, dando principal ênfase às vertentes operativa e criminalística, sendo que são estes os principais atores do TIA. Para que se compreenda de onde surgem estas duas vertentes da IC é feita primeiramente uma explanação da organização da IC da GNR assim como dos vários órgãos que as constituem, focando as suas missões e atribuições, terminando com a explicação de toda a estrutura da IC do Comando Territorial de Setúbal

No capítulo seguinte, é realizada uma abordagem à gestão do local do crime, sendo que é nesta atividade que ambas as vertentes da IC da GNR se relacionam e operam, compreendendo quais as suas competências operacionais e descrevendo os seus procedimentos técnicos e táticos definidos institucionalmente.

No quarto capítulo, será iniciado o trabalho de campo, aludindo às metodologias e procedimentos adotados por forma a extrair alguns dados essenciais à conclusão da investigação.

O quinto capítulo, apresenta a análise e discussão dos resultados obtidos após o trabalho de campo, analisando as respostas das várias entrevistas desenvolvidas, de modo a que seja possível retirar algumas conclusões.

Terminada a fase de investigação, importa olhar para todo o trabalho realizado e apresentar as conclusões verificadas, não só respondendo à pergunta de partida e consequentes perguntas derivadas, mas também, referindo algumas recomendações e limitações, importantes para investigações futuras, encontradas ao longo do trabalho de investigação.

CAPÍTULO 1

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

No presente trabalho de investigação, importa numa fase inicial clarificar as definições de maior relevo, facilitando a compreensão do trabalho e enquadrando-o no ponto de vista teórico, possibilitando desta forma acompanhar o pensamento do investigador.

Nesta medida, a primeira definição a ser estudada será a de investigação criminal, sendo que é este o âmbito geral do presente trabalho de investigação. A investigação criminal é um conceito bastante estudado por todos os autores que se focam na atividade policial, tendo desta forma inúmeras definições e podendo ser enquadrada tanto na sua vertente material como normativa.

1.1. Conceito material de Investigação Criminal

A investigação criminal materializa-se pelo “conjunto de ações tendentes a descobrir, recolher, examinar, interpretar, conservar e formalizar, no âmbito do processo criminal, as provas de factos concretos penalmente relevantes, bem como das circunstâncias envolventes” (Branco, 2010, p. 97), é considerada o “*Ius Imperii* do Estado, *rectius* da polícia, pela suscetibilidade de contender diretamente com os direitos dos cidadãos” (Soares, 2014, p. 55).

Pode ser considerada ainda como “o processo de procura de indícios e de vestígios que indiquem e expliquem e nos façam compreender quem, como, quando, onde e porquê foi/é cometido o crime X.” (Valente, 2006, p. 56), utilizando para tal um “conjunto de técnicas e procedimentos legalmente admitidos e utilizados de uma forma sistemática e metódica no sentido da descoberta de factos materiais penalmente relevantes e sua reconstituição histórica.” (Escola da Guarda, 2016, p. 7).

Do ponto de vista de autores internacionais, a investigação criminal é vista como “um processo reconstutivo que utiliza o raciocínio dedutivo, um processo lógico, para alcançar uma conclusão decorrente de fatos específicos. Com base em evidências específicas, os investigadores comprovam que um suspeito é culpado de um crime.” (Hess, Orthmann & Cho, 2016, p. 8). Afirmam ainda, segundo Brandl (2017), que a investigação criminal é

composta por vários objetivos, dos quais se destacam: a solução do crime, o fornecimento de provas para apoiar uma condenação em tribunal e o provimento de um serviço que auxilie as vítimas do crime.

Segundo as definições dos autores supracitados, a investigação criminal pode ser entendida como o processo de descobrir a verdade criminal em cumprimento da lei, utilizando as ferramentas autorizadas pela lei e com o fim último de defender os direitos dos cidadãos previstos na lei.

1.2. Conceito normativo de Investigação Criminal

Desta forma e analisando o ponto de vista normativo, a Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que diz respeito a esta temática, Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC), no artigo 1.º, define a investigação criminal como “o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade, descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo”.

Referindo o artigo supracitado a “lei processual penal”, importa entender o que a mesma diz relativamente ao presente assunto, sendo que segundo o Código Processual Penal (CPP), no artigo 262.º n.º 1, a investigação criminal é “o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação” e no artigo 55º n.º 2 do mesmo diploma refere que compete “aos órgãos de polícia criminal, mesmo por iniciativa própria, colher notícias dos crimes e impedir quanto possível as suas consequências, descobrir os seus agentes e levar a cabo os atos necessários e urgentes destinados a assegurar os meios de prova.”

Após analisar a lei, é perceptível a existência da necessidade de nomear atores, responsáveis por conduzir a investigação criminal, por forma a fazer face às necessidades exigidas. Desta forma e segundo o n.º 1 e 2 do artigo 2.º da LOIC, a “direção da investigação cabe à autoridade judiciária competente em cada fase do processo” sendo esta “assistida na investigação pelos órgãos de polícia criminal”. No n.º 4 do artigo 2.º da LOIC diz ainda que “Os órgãos de polícia criminal atuam no processo sob a direção e na dependência funcional da autoridade judiciária competente, sem prejuízo da respetiva organização hierárquica.”.

É assim possível concluir a existência de dois atores nomeados pela LOIC para a participação no processo de investigação criminal, a autoridade judiciária (AJ) e os órgãos

de polícia criminal (OPC). A autoridade judiciária é constituída, segundo a alínea b) do artigo 1.º do CPP pelo “Juiz, o Juiz de Instrução e o Ministério Público, cada um relativamente aos atos processuais que cabem na sua competência”. Os órgãos de polícia criminal segundo a alínea c) do artigo 1.º do CPP, são constituídos por “todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer atos ordenados por uma entidade judiciária ou determinados por este Código”.

A LOIC especifica ainda mais a questão dos OPC, referindo, segundo o n.º 1 e 4 do artigo 3.º da LOIC, que “são órgãos de polícia criminal de competência genérica: a Polícia Judiciária; a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública” e que “compete aos órgãos de polícia criminal: coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação e desenvolver as ações de prevenção e investigação da sua competência ou que lhes sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes”.

Os OPC, por forma a coadjuvarem a AJ, mesmo tendo a direção e dependência funcional da mesma mantêm, segundo o n.º 6 do artigo 2.º da LOIC, a sua autonomia técnica, que consiste no “conjunto de conhecimentos e métodos de agir adequados e a autonomia tática consiste na escolha do tempo, lugar e modo adequados à prática dos atos correspondentes ao exercício das atribuições legais dos órgãos de polícia criminal”.

No presente trabalho de investigação importa aprofundar um dos atores referidos anteriormente, a Guarda Nacional Republicana. Neste âmbito, a LOIC atribui as competências dos vários OPC, nomeadamente, as competências da GNR que para além de genéricas, como vimos no n.º 1 do artigo 3.º da LOIC, são ainda segundo o artigo 6.º da LOIC a investigação dos vários crimes “cuja competência não esteja reservada a outros órgãos de polícia criminal e ainda dos crimes cuja investigação lhes seja cometida pela autoridade judiciária competente para a direção do processo, nos termos do artigo 8.º”.

Outra forma de adquirir a competência de determinada investigação está materializada no artigo 8.º da LOIC, falado anteriormente, que refere que a AJ, nomeadamente, pela figura do Procurador-Geral da República (PGR), “ouvidos os órgãos de polícia criminal envolvidos, defere a investigação de um crime referido no n.º 3 do artigo anterior a outro órgão de polícia criminal desde que tal se afigure, em concreto, mais adequado ao bom andamento da investigação”, sendo o n.º 3 do artigo 7.º referente à competência reservada da Polícia Judiciária (PJ).

Atribuídas as competências de investigação Criminal à GNR, a mesma necessitou de se organizar por forma a fazer face aos deveres impostos por lei, constituindo para tal três

vertentes funcionais, sendo estas: a operativa, a criminalística e a análise de informação criminal, segundo o Despacho n.º 18/14-OG, de 11 de março. Deste Despacho ficou ainda evidente que a vertente operativa é responsável pela realização da investigação propriamente dita, enquanto que as restantes vertentes servem como apoio operativo.

CAPÍTULO 2

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NA GNR

2.1. Enquadramento do Despacho n.º 18/14-OG, de 11 de março

Após explicitada a forma como a investigação criminal surge nas competências da GNR, importa compreender de forma mais detalhada como é que a mesma estruturou e organizou os seus meios para fazer face a todas as necessidades. Deste detalhe irão surgir dois dos atores fundamentais deste trabalho de investigação, nomeadamente a vertente operativa e a vertente criminalística.

A investigação criminal na GNR não é um tema recente e tem vindo a sofrer diversas alterações ao longo do tempo, muito devido à evolução exponencial da sociedade e das técnicas criminais, cada vez mais organizadas e globais. Esta evolução do ponto de vista criminal fez com que a GNR decidisse reorganizar a sua estrutura, por forma a fazer face a um maior número de eventos criminais e abrangendo um maior âmbito de atuação. Desta decisão surge o Despacho n.º 18/14-OG, de 11 de março, que vem revogar o Despacho n.º 63/09-OG, de 31 de dezembro. Segundo o primeiro Despacho supracitado, no seu n.º 4, este surge, após ser feita uma “avaliação da respetiva eficácia operacional, no sentido de ponderar eventuais alterações ao sistema e corrigir procedimentos suscetíveis de melhoria.”, sempre com o fim último de “garantir o melhor cumprimento da missão.”.

Esta avaliação concluiu, segundo o Despacho n.º 18/14-OG, de 11 de março, nos seus n.ºs 8 e 9 que existe “a necessidade de efetuar uma harmonização dos normativos internos, que permitam não só fazer face ao quadro de competências atribuídas à Guarda no domínio da IC, como obter mais-valias ao nível da eficácia operacional.”, e ainda que existe a intenção de prosseguir a estratégia da GNR para a IC, “mantendo três áreas de atividade distintas, respetivamente: a área de IC (em sentido estrito), a de polícia técnica e a de análise de informação criminal, também designadas por área operativa, área criminalística e área de análise.”.

É importante salientar também que este Despacho, no seu n.º 11 alínea a), define de forma bastante clara quais são os órgãos que constituem a estrutura de IC da GNR, sendo apenas os “constantes do presente Despacho”, responsáveis por “desenvolver a atividade de

IC.”, que “compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, visam averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade, descobrir e recolher as provas no âmbito do processo”.

Para que a estratégia da GNR seja seguida por todos de forma eficiente e homogénea, existiu a necessidade de decretar alguns princípios norteadores da estrutura de investigação criminal que podem ser encontrados no n.º 11 alínea c), do mesmo Despacho, nomeadamente: descentralização, exclusividade funcional, complementaridade, cooperação, coordenação, especialização, articulação, racionalização e voluntariedade.

Por fim importa evidenciar que segundo o n.º 11 alínea d), “o Comando Operacional exerce, através da Direção da Investigação Criminal a autoridade funcional sobre a estrutura da IC, operacionalizando o emprego das suas três vertentes e da atividade de negociação.”.

2.2. Missões e orgânica dos vários órgãos de IC da GNR

Terminado o enquadramento geral do aparecimento do Despacho n.º 18/14-OG, de 11 de março e explicado o seu fundamento, releva agora compreender as missões e orgânica das três vertentes funcionais da estrutura de investigação criminal da GNR, presentes também no mesmo diploma.

A Direção da Investigação Criminal (DIC), detentora da autoridade funcional sobre a estrutura da IC, segundo o Despacho n.º 488/18 – OG, de 30 de novembro é composta por um Diretor, um Núcleo de Gestão Documental, um Núcleo de Doutrina e Formação, uma Divisão de Análise e de Investigação Criminal e uma Divisão de Criminalística. São estas Divisões que representam tal como o nome indica, tanto a vertente funcional da criminalística, com a Divisão de Criminalística, como a vertente de análise de informação criminal, com a Divisão de Análise e de Investigação Criminal (GNR, 2018, p. 3).

A Divisão de Criminalística tem a competência de, segundo o Despacho n.º 18/14-OG, de 11 de março, “Elaborar, difundir e assegurar o cumprimento das normas técnicas no âmbito da criminalística e o funcionamento das atividades de identificação de vítimas de desastres; realizar perícias criminalísticas e garantir o apoio às Unidades nas atividades de polícia técnico-científica” (GNR, 2014, p. 15) e é composta por um Núcleo de Qualidade e Organização, uma Repartição de Criminalística e uma Repartição de Perícias Digitais Forenses, que integra uma Secção de Recolha de Prova Digital (SRPD), importante para a presente investigação (GNR, 2018, p. 3).

A Divisão de Análise e de Investigação Criminal tem como competências segundo o mesmo Despacho, analisar a “informação criminal em coordenação com a Direção de Informações e assegurar a difusão de notícias e elementos de informação respeitantes à mesma e acompanhar a evolução da criminalidade e o surgimento de novas táticas e técnicas aplicáveis à IC” (GNR, 2014, p. 11) e é composta por uma Repartição de Análise de Informação Criminal e uma Repartição de Coordenação Criminal (GNR, 2018, p. 3).

Por fim a vertente operativa, por ser a que executa fundamentalmente o trabalho no terreno, encontra-se não só a nível da Direção de Investigação Criminal, mas também a nível de cada Comando Territorial, sendo que estes concentram as três vertentes funcionais a nível operacional.

Existem fundamentalmente dois tipos de estruturas de investigação criminal, ao nível de Comando Territorial, segundo o Despacho n.º 18/14-OG, de 11 de março, as Secções de Informações e Investigação Criminal (SIIC) Tipo I e Tipo II/III. Esta diferenciação de estruturas tem essencialmente que ver com a variação de ocorrências criminais registadas em cada Comando, sendo que os Comandos com maior registo de atividade criminal, são considerados de Tipo I. A diferença entre estes dois tipos de estruturas é a de que nas Tipo I existe a presença efetiva de um Núcleo de Apoio Operativo (NAO) e de um Núcleo de Investigação Criminal (NIC) na SIIC, em oposição aos Comandos Tipo II/III que não preveem a existência efetiva desses órgãos, sendo o NIC considerado eventual, ou seja, criado apenas em caso de necessidade.

A SIIC do CTer Tipo I é aquela que fundamentalmente nos interessa estudar, pois para além de ser a mais completa como foi possível observar anteriormente, é ainda a que caracteriza o Comando Territorial em estudo (Setúbal).

A SIIC do CTer Tipo I é assim composta por uma Subsecção de Expediente e Arquivo, negociadores em acumulação funcional, uma Subsecção de Análise e de Investigação Criminal, composta por um Núcleo de Análise de Informações e Informação Criminal (NAIIC), um Núcleo de Investigação Criminal do próprio Comando Territorial, um Núcleo de Apoio Operativo e um Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE). Tem ainda uma Subsecção de Criminalística, composta por dois Núcleos de Apoio Técnico (NAT), e em alguns casos um Núcleo Técnico-Pericial (NTP), fora desta subsecção existem ainda todos os Núcleos de Investigação Criminal dos vários Destacamentos Territoriais (DTer), os Núcleos de Investigação Criminal de Acidentes de Viação (NICAV) nos Destacamentos de Trânsito (DT) e um Núcleo de Investigação de

Crimes e Contraordenações Ambientais (NICOOA) na secção de Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA).

No âmbito do presente trabalho de investigação importa compreender quais são as missões dos vários núcleos que integram tanto a vertente da criminalística como da operativa, pois serão esses os objetos de estudo. Na vertente operativa, podemos enquadrar os Núcleos de Investigação Criminal, o Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas, o Núcleo de Investigação de Crimes e Contraordenações Ambientais e o Núcleo de Investigação Criminal de Acidentes de Viação.

Na vertente da Criminalística é possível aludir ao Núcleo Técnico-Pericial, ao Núcleo de Apoio Técnico e ao Núcleo Digital Forense, sendo que este último ainda não se encontra formalmente criado. Por forma a responder às necessidades operacionais existentes nesta matéria, para além de já existirem alguns militares com formação específica na área Digital Forense, colocados nas Subsecções de Criminalística dos vários CTer, este trabalho é ainda realizado pela Secção de Recolha da Prova Digital, integrada na DIC, que detém uma maior capacidade de meios e que tal como o nome indica tem a atribuição de recolher toda a prova existente em formato digital.

Na vertente operativa o Núcleo de Investigação Criminal a nível de Destacamentos Territoriais tem a competência de “Proceder à investigação de crimes que ocorram dentro da zona de ação (ZA) de cada DTer, para os quais a Guarda tem competência, e que não esteja atribuída a outros órgãos” (GNR, 2014, p. 30).

O Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas tem a missão de investigar os “crimes cometidos, essencialmente, contra as mulheres, as crianças, os idosos e outros grupos de vítimas especialmente vulneráveis e prestar o apoio que, para cada caso, for adequado e possível; colaborar com as autoridades judiciárias no acompanhamento dos casos mais críticos.” (GNR, 2014, p. 30).

O Núcleo de Investigação de Crimes e Contraordenações Ambientais, o qual é responsável por “assegurar, no âmbito das suas competências técnicas, a supervisão e controlo das investigações de crimes ambientais atribuídas ao órgão da Secção de Proteção da Natureza e Ambiente do CTer.” (GNR, 2014, p. 33).

Por fim o Núcleo de Investigação Criminal de Acidentes de Viação, ao qual compete “Proceder à investigação dos fenómenos criminais de âmbito rodoviário de maior gravidade, complexidade ou dispersão que ocorram dentro da ZA do CTer, ou que justifiquem a gestão concentrada da investigação.” (GNR, 2014, p. 48).

Na vertente Criminalística, o Núcleo Técnico-Pericial é competente por efetuar estudos e perícias técnicas de identificação humana, “efetuar a Fotografia Forense de vestígios, em especial os lofoscópicos; assegurar a Cadeia de Custódia da Prova e tratar os vestígios em apoio dos NAT e dos órgãos de IC Operativa.” (GNR, 2014, p. 31).

O Núcleo de Apoio Técnico é responsável por efetuar “inspeções técnicas judiciais ao local do crime e a adequada preservação da Cadeia de Custódia da Prova, em apoio aos órgãos de IC Operativa; realizar fotografia e recolha de imagem, no âmbito das inspeções técnicas judiciais ao local do crime.” (GNR, 2014, p. 32).

A Secção de Recolha da Prova Digital tem a competência de “realizar estudos, pareceres, exames e perícias referentes à recolha de prova em qualquer dispositivo, sistema ou infraestrutura no âmbito das tecnologias de informação e comunicação e efetuar análise forense no âmbito da criptografia e de estenografia.” (GNR, 2014, p.18). É ainda de salientar que este trabalho numa primeira fase é realizado pelos militares inseridos nas Subsecções de Criminalística dos Comandos Territoriais, com formação Digital Forense, com o objetivo de brevemente serem criados os Núcleos Digitais Forenses, responsáveis por integrar uma primeira linha nesta matéria.

Depois de compreendidas as várias competências dos diversos atores que fazem parte da estrutura de investigação criminal da GNR, importa agora compreender como se organiza o CTer, objeto de estudo da presente investigação, nomeadamente o Comando Territorial de Setúbal.

2.3. Organização da IC no Comando Territorial de Setúbal

O presente trabalho de investigação elege o CTer de Setúbal como estudo de caso, pois, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2018, este é o terceiro distrito do território nacional, com mais participações reportadas durante o ano transato, apenas ultrapassado por Lisboa e Porto. Apesar de Lisboa e Porto serem os distritos com mais participações são também aqueles que têm maior área de atuação delegada na Polícia de Segurança Pública, não sendo considerados por isso os melhores distritos a serem estudados no que diz respeito à atividade de investigação criminal da GNR.

O CTer de Setúbal é ainda constituído por uma SIIC Tipo I, apenas tendo necessidade de recorrer à Divisão de Criminalística para realizar a análise dos vestígios recolhidos no local do crime pelo NAT de Almada e de Setúbal e ainda ao SRPD para a realização de

recolha de dados em formato digital, sendo que a ocorrência de crimes em ambiente informático é cada vez mais recorrente com o avanço das tecnologias.

Tabela 1 – Participações registadas por Distrito e Região Autónoma

Participações registadas por Distrito e Região Autónoma									
Distritos	Ano 2017	Ano 2018	Var %	Dif	Distritos	Ano 2017	Ano 2018	Var %	Dif
Aveiro	19.274	18.739	-2,8 %	-535	Portalegre	3.245	3.074	-5,3 %	-171
Beja	4.015	4.221	5,1 %	206	Porto	58.342	58.765	0,7 %	423
Braga	20.130	19.368	-3,8 %	-762	Santarém	12.903	12.151	-5,8 %	-752
Bragança	3.799	3.761	-1,0 %	-38	Setúbal	30.619	29.987	-2,1 %	-632
Castelo Branco	5.054	4.784	-5,3 %	-270	Viana do Castelo	7.236	6.789	-6,2 %	-447
Coimbra	10.824	9.965	-7,9 %	-859	Vila Real	5.787	5.116	-11,6 %	-671
Évora	4.257	3.932	-7,6 %	-325	Viseu	8.319	8.029	-3,5 %	-290
Faro	21.907	21.680	-1,0 %	-227	Madeira	6.468	6.311	-2,4 %	-157
Guarda	4.363	3.815	-12,6 %	-548	Açores	9.255	8.956	-3,2 %	-299
Leiria	12.346	12.446	0,8 %	100	Não especificado	3.116	3.644	16,9 %	528
Lisboa	90.691	87.690	-3,3 %	-3.001	Total	341.950	333.223	-2,6 %	-8.727

Fonte: RASI 2018

Segundo a tabela 1 representada acima, referente às participações registadas por Distrito e Região Autónoma, Setúbal tem 29.987 participações registadas no ano de 2018. O que representa um grande esforço da atividade da investigação criminal, quando comparado com outros distritos e o coloca em terceiro lugar nesta matéria.

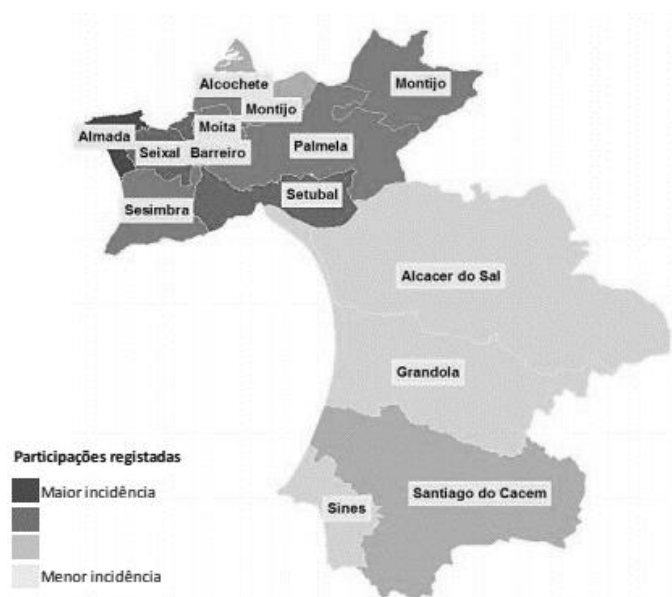


Figura 1 – Divisão gráfica de participações registadas por município no Distrito de Setúbal
Fonte: RASI 2018

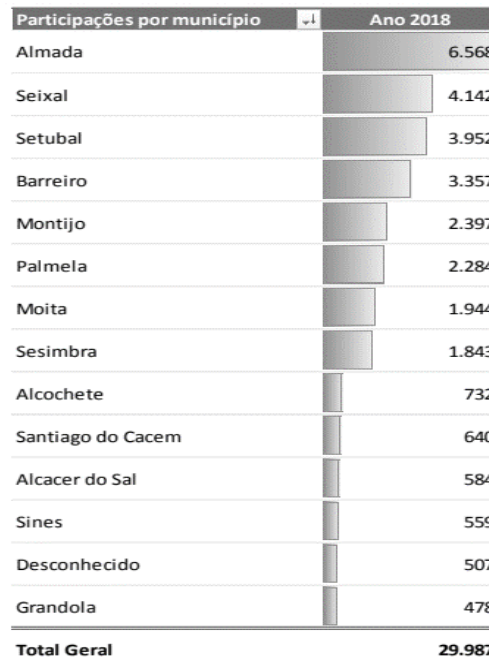


Figura 2 – Número de participações por município no Distrito de Setúbal
Fonte: RASI 2018

No que concerne à atividade criminal no ceio do distrito de Setúbal é também possível, a partir das figuras 1 e 2, distinguir dois panoramas criminais, dividindo o distrito a norte e a sul. A norte do distrito é possível verificar uma grande incidência de atividade criminal, nomeadamente nos municípios de Almada, Seixal, Setúbal, Barreiro, Montijo, Palmela, Moita e Sesimbra, que contrastam com a baixa atividade criminal a sul do distrito de Setúbal.

Este fenómeno fez com que o CTer de Setúbal, como forma de controlar a atividade criminal do distrito, dividisse os seus esforços para norte e para sul, criando duas áreas geográficas autónomas, cada uma com os seus próprios órgãos de investigação criminal, dirigidos pela SIIC do CTer. Os órgãos de IC responsáveis pelo norte do distrito, e consequentemente com maior atividade, estão sediados em Almada, enquanto que os órgãos responsáveis pela área a sul, estão sediados em Setúbal.

Apenas com uma elevada interação entre as vertentes de IC é possível estudar a ocorrência de atritos organizacionais capazes de gerar a necessidade de mudança e de consequente alteração do panorama atual. Sendo que o objetivo do presente trabalho de investigação é apreciar a relação entre as vertentes da IC, nomeadamente a criminalística e

a operativa, importa focar o norte do distrito de Setúbal, sendo aquele que apresenta um maior número de participações efetuadas e consequentemente um maior número de inspeções judiciais realizadas.

A organização da investigação criminal do Comando Territorial de Setúbal, tal como referido anteriormente, está de acordo com o que se classifica como Comando Territorial de Tipo I. Sendo que esta é apenas uma classificação geral, ou seja, uma referência organizacional, importa compreender quais as especificações geográficas e procedimentais do presente Comando.

Desta forma analisando a Norma de Execução Permanente (NEP) CTer Setúbal 8.01 de 23 de dezembro de 2015, intitulada de Consolidação e Articulação da Investigação Criminal, foi possível retirar algumas conclusões. O presente documento tem como finalidade “Clarificar a organização da IC no CTer Setúbal, bem como identificar e implementar os procedimentos e mecanismos de articulação e comunicação internos, consolidando a sua estrutura e atividade, conformando-as com as disposições do Despacho n.º 18/14 de 11MAR.” (GNR, 2015, p. 2).

Segundo a presente NEP, a IC do CTer de Setúbal divide-se em dois níveis de ação. O primeiro nível, composto pelos NIC dos Destacamentos Territoriais, tem a responsabilidade de realizar a “identificação dos principais fenómenos criminais que afetam a segurança e a tranquilidade públicas nas respetivas zonas de ação.”, enquanto que por outro lado o segundo nível de ação, caracterizado pela SIIC e pelos seus órgãos, tem a “responsabilidade pelo apoio, subsidiário, ao primeiro nível de IC, em resposta a solicitação fundamentada ou de forma autónoma, mediante proposta do Chefe da SIIC.” (GNR, 2015, p. 3).

A orgânica do presente Comando Territorial a nível de IC, é composta por:

- Uma SIIC, que integra um Chefe e um adjunto, uma secção de expediente e arquivo, uma subsecção de análise e de IC, um NIC de nível CTer, dois NIAVE, localizados na Costa da Caparica (Almada) e em Setúbal, um NAIIC, um NAO, uma subsecção de criminalística, dois NAT, sediados em Setúbal e na Costa da Caparica (Almada) e uma equipa de negociadores em acumulação de funções.

- Seis NIC ao nível de Destacamento Territorial, localizados em Almada, Montijo, Grândola, Santiago do Cacém, Setúbal e Palmela.

- Um NICA, pertencente ao Destacamento de Trânsito, localizado em Coina.

- Um NICCOA, pertencente à Secção de Proteção da Natureza e Ambiente, em Setúbal.

As competências dos vários órgãos já foram referidas anteriormente, sendo que são idênticas para todo o dispositivo a nível nacional, constituindo esta NEP apenas uma adaptação do Despacho n.º 18/14-OG, de 11 de março, analisado num capítulo anterior. Porém a presente NEP especifica alguns procedimentos, nomeadamente aquando da solicitação de intervenção dos vários órgãos da SIIC, sendo que, os únicos elementos com capacidade de requisição destes órgãos são os Chefes dos NIC, que requisitam a Criminalística, ao Chefe do respetivo NAT e a Análise de Informação Criminal e o Apoio Técnico Operativo, ao Chefe da SIIC. Ainda o registo dos processos crime é efetuado pelos órgãos da componente operativa de IC e a sua distribuição é proposta pelo Chefe do NIC ao Chefe da SIIC ou ao Comandante do DTer, de acordo com o respetivo órgão.

A forma como estes núcleos interagem no terreno e se relacionam, ou seja, a sua intervenção operacional efetiva, é materializada na gestão do local do crime, sendo por isso o próximo ponto da presente investigação.

CAPÍTULO 3

GESTÃO DO LOCAL DO CRIME

3.1. Enquadramento concetual

Para que seja possível definir a forma como os vários núcleos e consequentes vertentes da investigação criminal operam entre si, é importante numa primeira fase definir alguns conceitos.

A maior parte da atividade operacional das vertentes de investigação criminal ocorre no local do crime, tal como o próprio nome indica, este pode ser definido como um “local alterado pela presença do autor no qual deixou as suas marcas e vestígios.” (GNR, 2007, p. 11), ou seja, local efetivo onde ocorreu o facto criminal, onde possivelmente poderão ser encontradas provas capazes de provar a identidade do seu autor, assim como a linha temporal dos acontecimentos em fase de julgamento. Outra definição possível é a de que são “espaço(s) delimitado(s), direta ou indiretamente relacionado(s) com a prática de um crime, que é(são) objeto de inspeção judiciária.” (Polícia Judiciária, 2009. p. 17).

O local da prática do crime, segundo o Manual de Gestão do Local do Crime da GNR, elaborado pela Escola da Guarda em 2007, não necessita de ser contínuo e pode materializar-se em mais do que um local, pois “engloba aqueles locais em que o autor ou seus colaboradores permaneceram, tanto no momento da prática do crime como durante a realização dos atos preparatórios, bem como os locais de ocultação do autor ou dos meios de prova.” (GNR, 2007, p. 30).

O local da prática do crime é o ponto chave da investigação criminal, pois segundo o princípio das trocas de Edmond Locard, “qualquer contacto entre duas superfícies implica inevitavelmente uma permuta de substâncias ou de efeitos.” (Braz, 2013, p. 23), estas permutas, entre o ator do crime e o local, são os elementos chave, procurados durante a inspeção judiciária.

A inspeção judiciária, é o “conjunto de procedimentos e de metodologias que visam interpretar e avaliar o local do crime, recolher informação, pesquisar, localizar, registar, recolher, proteger, acondicionar, armazenar e transportar todos os meios de prova, sinais e

vestígios nele existentes.” (Polícia Judiciária, 2009, p. 17) ou seja, esta constitui uma fase da investigação criminal.

A gestão do local do crime, será, portanto, uma “intervenção e reação policiais esclarecidas, planeadas e coordenadas, a partir da aquisição da notícia do facto a executar no local da prática do crime.” (GNR, 2007, p. 9). Esta intervenção e reação policial referidas anteriormente começam ainda antes da chegada ao local do crime propriamente dito, através da realização de diligências complementares, tanto no deslocamento para o local como na análise de locais próximos à zona em que ocorreu o incidente. Estas diligências complementares funcionam como forma de análise exterior e interpretação do local do crime.

Pode assim dizer-se que a gestão do local do crime está dividida em duas fases, a gestão do local do crime em sentido amplo e a gestão do local do crime em sentido estrito. A gestão do local do crime em sentido amplo é caracterizada por todo o “universo de tarefas que largamente extravasa, quer o local do crime propriamente dito, quer a ação do gestor do local, quer ainda os limites geográficos, cronológicos e temporais de atuação dos diversos intervenientes sobre o referido local.” (GNR, 2007, p. 10).

Por outro lado a gestão do local do crime em sentido estrito pode ser definida como as ações policiais planeadas a desenvolver nos locais da prática do crime por, “uma equipa multidisciplinar, devidamente coordenada na vertente tática pelo gestor do local do crime, tendo em vista fazer a primeira interpretação dos elementos de prova material e proceder ao seu tratamento com a intenção de alcançar os objetivos da investigação.”, ou seja, “a gestão do local do crime em sentido estrito corresponde ao exercício articulado e coordenado das tarefas incluídas na inspeção judiciária”. (GNR, 2007, p. 11).

Daqui podemos retirar que os dois sentidos da gestão do local do crime, tanto o amplo como o estrito são inseparáveis e complementam-se, sendo que o fim último da investigação efetuada tanto num sentido como no outro converge para um aumento da eficácia da investigação criminal e para uma efetiva descoberta da veracidade dos factos.

De uma forma geral, é possível afirmar que o trabalho dos militares da Investigação Criminal, passa por “desenvolver o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade, descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo.” (Polícia Judiciária, 2009, p. 21).

3.2. A atuação na Gestão do Local do Crime da GNR

Segundo o Manual de Gestão do Local do Crime da GNR, a gestão do local do crime em sentido amplo é desenvolvida tendo em conta a seguinte ordem, “atuações prévias, inspeção judiciária, atuações complementares e, por fim, atuações finais.”, sendo que a gestão do local do crime em sentido estrito como já vimos anteriormente, “engloba a execução coordenada e articulada das tarefas correspondentes à inspeção judiciária, no local da prática do crime.” (GNR, 2007, p. 15).

No âmbito das atuações prévias, estas iniciam com a receção da notícia do crime, a qual deve considerar “as virtudes deste primeiro contacto com o crime, transmitir ao comunicante as necessárias recomendações imprescindíveis à proteção inicial do local.” (GNR, 2007, p. 10), é neste primeiro contacto que o comunicante vai receber instruções de como isolar o local do crime, por forma a possibilitar uma futura investigação por parte dos OPC e onde vai ser possível recolher alguma informação essencial para a primeira abordagem ao local.

No que concerne à GNR, esta atuação prévia cabe essencialmente aos OPC dos Postos Territoriais, nomeadamente à patrulha de ocorrências, como força de primeiro nível. É esta a primeira força a receber a notícia do crime e a deslocar-se para o local.

Algumas das primeiras ações que se efetuam aquando da chegada ao local do crime, segundo o Manual de Gestão do Local do Crime da GNR são: definir e delimitar o espaço físico do local do crime, definir um corredor de circulação, fixar o local com o auxílio de fotografias, isolar o local com cordão de segurança, controlar acessos ao local e o mais importante de todos preservar e proteger todos os vestígios encontrados no local. Existem ainda procedimentos no que diz respeito ao tratamento das vítimas que deve ser prioritário e imediato por parte dos órgãos de saúde, tendo sempre o máximo de cuidado para não eliminar as provas e vestígios no local. As testemunhas, mirones e suspeitos no local, devem ser encaminhados consoante a situação e identificados pelos OPC (GNR, 2007).

Numa fase posterior é realizada a inspeção judiciária feita no local do crime, que “desenvolve um conjunto de estratégias que visam descobrir elementos de prova pessoal e material que, por sua vez e numa fase posterior do processo de investigação, conduzam à descoberta da verdade material e à reconstituição do evento criminoso.” (Polícia Judiciária, 2009, p. 37), no fundo “Trata-se de um exame de âmbito forense ao exato local da prática do crime e como tal de interesse para o Tribunal.” (GNR, 2007, p. 29), estas por forma a serem valoradas perante um juiz, devem ser realizadas por militares qualificados.

Segundo o Manual de Inspeção Judiciária da Polícia Judiciária, a inspeção judiciária segue duas fases, a primeira, com o “objetivo de pesquisar e localizar vestígios com interesse criminalístico.”, é nesta fase que se encontra a vertente operativa e uma segunda fase em que o objetivo é “recolher, preservar, acondicionar, armazenar e transportar os vestígios localizados na primeira.” (Polícia Judiciária, 2009, p. 37). Esta segunda fase requer muito mais especialização tendo em conta o tipo de vestígio encontrado, sendo fundamentalmente a vertente criminalística que realiza esta operação.

Sendo assim, a inspeção judiciária necessita de ser realizada por elementos “qualificados e não por autodidatas ou curiosos, nem por amadores. A título de exemplo são especialistas os investigadores e os militares do NAT.”, é de tal forma importante que “a recolha de elementos de prova é decisiva, pois a inspeção ao local do crime «pode ser» o elo mais forte de toda a investigação, especialmente, nos crimes violentos.” (GNR, 2007, p.30).

O trabalho realizado pelas vertentes operativa e criminalística é de tal forma relevante, que “se no local forem aplicadas as boas práticas desde a notícia do crime, a investigação pode até dispensar determinadas confirmações testemunhais e, logicamente, a própria confissão do suspeito”(...)“ Em certas situações, a prova material, quando exista acaba por ser a rainha de todas as provas.” (GNR, 2007, p. 30).

Após todo este enquadramento, é necessário compreender quais efetivamente são as ações a desenvolver durante a inspeção judiciária e quais os seus participantes. Segundo o Manual de Gestão do Local do Crime da GNR, após a chegada ao local do crime dos OPC dos diversos núcleos que integram a componente operativa, são necessárias a transmissão de informações entre estes e a patrulha de ocorrências, a primeira efetivamente a chegar ao local. Estas informações passam por relatar “as circunstâncias em que encontrou esse mesmo local, mencionando se houve ou não alteração da cena do crime, provocada pela ação policial, bem como todas as diligências efetuadas até àquele momento.”

Após o contacto com a primeira força a chegar ao local, o órgão responsável por prosseguir com a inspeção judiciária deve: assumir o controlo de toda a situação e gerir todas as forças que se encontrem no local, recolher toda a informação existente proveniente de testemunhas, realizar uma observação de um ponto de vista geral ao local e áreas contíguas, ajustar a área isolada se necessário, separar potenciais testemunhas, ofendidos e arguidos e por fim entrevistar as testemunhas mais importantes para compreensão dos factos ocorridos no local. (GNR, 2007).

Tomadas estas medidas dá-se lugar à inspeção judiciária propriamente dita, sendo esta iniciada por um exame geral do local e procedido de um exame minucioso. No exame geral, é importante, tirar as primeiras ilações sobre os factos, teorizar inclusive hipóteses para o ocorrido, localizar as vítimas e se ainda for necessário oferecer o devido apoio sanitário, ter uma perspetiva dos vários intervenientes no local, neste caso os OPC de cada núcleo presente e ainda realizar um enquadramento fotográfico, antes de se efetuar qualquer alteração, fixando assim o local do crime. (GNR, 2007).

Estas ações são tomadas frequentemente pela componente operativa, que é composta pelo NIC, responsável pela investigação dos crimes de âmbito geral, pelo NICAV, responsável pela investigação em acidentes rodoviários, pelo NICOOA, responsável pela investigação de crimes ambientais e pelo NIAVE, responsável pela investigação de crimes contra vítimas específicas, como é o caso da violência doméstica.

O exame minucioso, que ocorre seguidamente ao exame geral, é centrado na “procura de todos os tipos de indícios e vestígios e correspondente tratamento dos elementos de prova, de forma disciplinada e coordenada.” (GNR, 2007, p. 35), esta pesquisa passa por identificar possíveis vestígios, sinalizá-los e fotografá-los para que possam ser posteriormente recolhidos (GNR, 2007). Este processo envolve investigadores especializados, por forma a manter a custódia da prova, pelo que é feito maioritariamente pela componente criminalística, sendo esta composta pelo NAT, que recolhe os vestígios, pelo NTP, que posteriormente analisa e realiza as perícias necessárias e pelos militares da área digital forense, que analisam os vestígios em suporte digital.

As próximas etapas, como referido anteriormente, denominam-se atuações complementares, as quais se realizam em coordenação com as ações da inspeção judiciária e passam por executar a reportagem fotográfica, croquis, recolha de impressões digitais a familiares e arguidos (não confundindo com a recolha de prova do local do crime), recolha da prova pessoal, através de entrevistas ou interrogatório e a reconstituição teórica dos factos (GNR, 2007).

Por fim são materializadas as atuações finais, que tal como o nome indica encerram a permanência no local do crime, sendo caracterizadas pela realização de um debate do local do crime e por toda a organização de abandono do local. Estas atuações implicam a coordenação de todos os membros envolvidos, sendo que o debate do local do crime, passa pela partilha de informação dos aspetos mais relevantes considerados pelos representantes de cada órgão presente. O abandono do local é formalizado após a confirmação de que

nenhum vestígio ou diligência ficou por tratar no local do crime e é efetuado em segurança, tendo em atenção a verificação de todo o material e de todos os vestígios recolhidos (GNR, 2007).

Em síntese, a gestão do local do crime é iniciada com a chegada ao local da patrulha de ocorrências do posto territorialmente competente, a qual após a realização de todas as tarefas imediatas referidas anteriormente, solicita a intervenção do órgão da vertente operativa, variando este, consoante o tipo de crime que se verifique e a sua competência. Após efetuar o exame geral ao local, verifica se existe a necessidade de solicitar a intervenção do órgão da criminalística, ao qual compete realizar a inspeção técnica do local (GNR, 2007).

A gestão do local do crime, apenas é bem-sucedida “se a primeira intervenção no local for rigorosa e o trabalho entre investigadores e entre este e o NAT se executar no âmbito de uma cooperação efetiva.” (GNR, 2007, p. 51).

É esta cooperação efetiva que o presente trabalho de investigação procura indagar, considerando que sem um esforço de harmonização de procedimentos e de boas práticas, não será possível executar uma investigação eficaz e célere, prejudicando consequentemente a vítima do crime.

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS

4.1. Enquadramento

Nesta fase, após ter sido realizado todo o enquadramento teórico necessário para o trabalho de campo consequente, importa explicar como será efetuada toda a investigação e ainda quais os métodos e técnicas utilizados. Segundo (Quivy e Campenhoudt, 1998, p. 31) “uma investigação é, por definição, algo que se procura”, assim sendo e tendo em conta que o mais importante na investigação é desenvolver um processo capaz de transpor na prática todo o conhecimento teórico adquirido, é de extrema importância a obtenção de um método de trabalho eficaz para o alcance de todos os objetivos propostos (Quivy e Campenhoudt, 1998).

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 105) “a metodologia é o caminho para o desenvolvimento e concretização de um trabalho de investigação e permite a orientação necessária para percorrer e alcançar os objetivos definidos.”. Ao longo do presente capítulo, será explicitada qual a metodologia e procedimentos empregues na investigação, quais as perguntas que possibilitaram o desenvolvimento do presente trabalho e ainda quais as técnicas e amostra utilizados.

4.2. Metodologia e Procedimentos

No que diz respeito à metodologia empregue, o método utilizado será o dedutivo, sendo que o mesmo “baseia-se num raciocínio racional e lógico, que parte do geral para o particular” (Sarmiento, 2013, p. 8), ou seja, se “as conclusões são obtidas a partir das premissas, usando-se o raciocínio lógico e, uma vez encontradas, as conclusões são incontestáveis”. (Freixo, 2012, p. 2016).

Após analisado o objetivo do presente trabalho de investigação, que se caracteriza por encontrar possíveis melhorias na relação entre as vertentes criminalística e operativa no Comando Territorial de Setúbal, optou-se por seguir uma abordagem qualitativa, sendo que, é necessário seguir um “conjunto de postulados, de valores conhecidos, de teorias comuns e de regras que são aceites” (Coutinho, 2011, p. 9). Segundo Vilelas (2009, p. 105), esta é uma

abordagem em que “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não pode ser traduzido em número”.

Esta verificação prática, será realizada através de entrevistas e documentos escritos, que se caracterizam por métodos complementares “que se situam a montante da análise de conteúdo” e “ajudam o investigador a contactar com a realidade vivida pelos atores sociais.” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 9). No que diz respeito às entrevistas, serão realizadas entrevistas semiestruturadas, onde os entrevistados devem possuir uma experiência e saber gratificante para a investigação. (Fortin, 2009).

4.3. Modelo de Análise

Na presente fase do trabalho de investigação, importa esclarecer o modelo de investigação seguido, sendo que segundo Quivy e Campenhoudt (1998, p. 6) “o investigador deve obrigar-se a escolher um fio condutor tão claro quanto possível, para que o seu trabalho se estruture com coerência.” sendo que para isso deve, “ procurar enunciar o projeto de investigação na forma de uma pergunta de partida, através da qual tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor.”

Desta senda foi elaborada a seguinte pergunta de partida e perguntas derivadas:

PP: De que forma é feita a articulação das vertentes criminalística e operativa e como pode ser melhorada?”.

PD1: Quais as funções e orgânica da vertente operativa e da vertente criminalística e qual o seu papel na investigação criminal?

PD2: De que forma é realizada a interação entre as vertentes criminalística e operativa?

PD3: Quais as dificuldades encontradas nesta relação?

PD4: Quais as possíveis soluções para as dificuldades encontradas?

4.4. Métodos e Técnicas de Recolha de Dados

Para que fosse possível realizar uma recolha de dados com rigor científico, foram utilizados alguns métodos e técnicas de recolha de dados. De acordo com Fortin (2009, p. 239), “a natureza do problema de investigação determina o tipo de métodos de colheita de dados a utilizar. A escolha do método faz-se em função das variáveis e da sua operacionalização e depende igualmente da estratégia de análise estatística considerada.”

A presente investigação teve neste seguimento, dois tipos de técnicas de recolha de dados, nomeadamente a análise documental e entrevistas semiestruturadas. Por forma a orientar o trabalho e realizar um quadro teórico capaz de o sustentar, foi realizada a análise documental, esta análise baseou-se em algumas obras e documentos maioritariamente institucionais, tendo em conta o âmbito da investigação. Foi efetuada na biblioteca da Escola da Guarda, maioritariamente através de suporte informático, com a consulta de legislação, artigos científicos, teses de mestrado e bancos de dados de pesquisa online como a EBSCO.

No que diz respeito ao trabalho de campo e à recolha de dados práticos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas em que, “o entrevistado responde às perguntas do guião, mas também pode falar sobre outros assuntos relacionados.” (Sarmiento, 2013, p. 17). Deste modo é possível não só orientar o entrevistado para a problemática da investigação, mas também recolher toda a sua experiência relativa ao assunto abordado.

Tendo em conta as atuais circunstâncias que enfrentamos a nível global em termos de saúde pública, devido à pandemia do vírus COVID-19 e ao facto de Portugal devido a esta mesma pandemia ter declarado estado de emergência, as entrevistas foram forçosamente realizadas através de correio eletrónico e telefone, não tendo sido possível a realização de entrevistas presenciais. Previamente à realização das entrevistas supracitadas, foram enviados os respetivos guiões de entrevista e cartas de apresentação, por forma a dar a conhecer o âmbito do trabalho e a facilitar o enquadramento dos entrevistados.

4.5. Amostragem: Composição e Justificação

Sendo que, numa investigação é praticamente impossível inquirir toda a população, e não sendo a presente exceção, foi necessário criar uma amostra (Prodanov & Freitas, 2013). Segundo Fortin (1999, p. 202) a constituição de uma amostra é um “procedimento pelo qual um grupo de pessoas ou um subconjunto de uma população é escolhido com vista a obter informações relacionadas com um fenómeno, e de tal forma que a população inteira que nos interessa esteja representada”. Ou seja, uma amostra é considerada “uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo.” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 163).

Para que fosse possível selecionar a amostra do presente trabalho de investigação, foi utilizada a técnica de amostragem por seleção racional, em que determinadas características, escolhidas pelo investigador, ditam a escolha da amostra (Coutinho, 2013). Assim sendo,

como características fundamentais, foram consideradas, o cargo que desempenham nos diversos órgãos de investigação criminal e a sua experiência profissional.

Desta senda, foram realizadas entrevistas aos comandantes dos destacamentos territoriais de Almada, Palmela e Montijo, ao comandante de destacamento de trânsito de Setúbal e ao chefe do NIAVE de Setúbal, constituindo assim a vertente operativa, e ao chefe do NAT de Almada e da SRPD da DIC, constituindo a vertente da criminalística. Por forma a ter uma visão mais global da problemática em causa, foi ainda entrevistado o chefe da SIIC do CTer de Setúbal.

4.6. Técnicas de tratamento e análise de dados

Num trabalho de investigação científico é necessário que exista um tratamento e análise de dados para que, da correlação das várias elações retiradas, se possa chegar a um resultado. Analisar é deste modo “estudar, decompor, dissecar, dividir e interpretar” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 27) os vários dados recolhidos.

É importante ter em conta que existe uma correlação entre os métodos de recolha de dados e os métodos de análise de dados, sendo que estes devem estar em sintonia. Segundo Quivy e Campenhoudt (2013, p. 185), no que diz respeito ao presente trabalho de investigação e considerando que foi escolhida a realização de entrevistas como método de recolha de dados, “os métodos de entrevista requerem, habitualmente, métodos de análise de conteúdo, que são muitas vezes, mas não obrigatoriamente, qualitativos”.

Desta senda, será efetuada uma análise qualitativa das várias entrevistas realizadas, maioritariamente com a realização de quadros, constituídos por “sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, ao que disseram os entrevistados” (Guerra, 2006, p. 73).

CAPÍTULO 5

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No seguimento do trabalho de investigação e realizado o trabalho de campo, serão agora analisadas e apresentadas as ideias chave recolhidas do mesmo. Importa deste modo realizar a apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos, realizando um paralelismo entre aquilo que foi estudado nos capítulos anteriores e as várias conclusões recolhidas ao longo do trabalho de campo.

Nesta senda, serão realizadas tabelas de análise qualitativa, por forma a simplificar e a destacar as ideias chave das entrevistas realizadas. Como as entrevistas foram realizadas a entrevistados de diferentes núcleos e com experiências organizacionais distintas, importa analisar cada resposta de cada entrevistado de forma individual, pois todas as respostas terão um enquadramento diferente tendo em conta o órgão que representam.

5.1. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 1

A primeira questão realizada aos entrevistados, versa sobre a atualidade do Despacho n.º 18/14 – OG, de 11 de março, tendo em conta as necessidades atuais dos vários órgãos.

Com base nas respostas dos vários entrevistados e com a análise do quadro 1 apresentado de seguida, é possível concluir que, para a maior parte dos entrevistados, o Despacho n.º 18/14 – OG, de 11 de março, não se encontra atualizado tendo em conta as necessidades dos vários núcleos e secções da IC.

O Despacho supracitado, impôs algumas alterações à anterior realidade de IC na GNR, nomeadamente que a dependência funcional dos NIC passa dos comandantes de DTer para o chefe da SIIC do CTer, deixando desta forma os comandantes de DTer apenas com uma dependência administrativo-logística. Outra alteração, é a extinção das equipas de inquéritos e investigação dos postos territoriais, passando as suas competências para as suas secretarias e retirando-as da estrutura da IC.

No que concerne à alteração da dependência funcional dos NIC dos DTer para a SIIC do CTer, esta nunca foi integralmente aplicada na prática, pois o Comandante de Destacamento é o principal conhecedor da realidade criminal na sua ZA, fazendo com que continue a ser o principal gestor das prioridades e esforço da IC. Este facto faz com que

acabem por ser os Comandantes de DTer a impor as orientações que acham mais adequadas ao normal funcionamento do NIC do seu Destacamento. Nesta senda, o Despacho deveria ter sido mais incisivo, determinando que ou os NIC locais ficassem na dependência total (administrativo-logística inclusive) da SIIC, ou então manter o vínculo de gestão operacional aos Comandantes de Destacamento, e não criar esta dupla e confusa dependência (E1, E2, E4).

No que diz respeito à exclusão das Secções de Inquérito dos Postos Territoriais da estrutura da IC, é possível afirmar que, antes da implementação do Despacho, existiam por vezes duplicações de diligências realizadas por parte de elementos do NIC e das Secções de Inquérito. Por forma a colmatar esta questão, o Despacho retirou a competência de IC das Secções de Inquérito. O problema é que, na prática, esta situação veio unicamente retirar o abono do suplemento de IC aos militares das Secções de Inquérito, mantendo-se o mesmo volume de trabalho, o que causou algum desconforto em termos anímicos e motivacionais e ainda foi possível verificar ser impraticável e contraproducente apenas o NIC realizar tais diligências (E1, E2, E4).

O Despacho visava também a criação de estruturas orgânicas e funcionais tendo em vista uma alteração da estrutura da Guarda que não aconteceu, que é o caso da reativação das Brigadas Territoriais, ou seja, o Despacho prevê unidades que efetivamente não existem, perdendo a sua lógica e efeito. Este facto acontece não só com as Brigadas Territoriais, mas também com a ideia de que no que diz respeito ao NICA V o mesmo estaria dependente da SIIC da Brigada de Trânsito, considerando a existência de uma SIIC apenas vocacionada para a Criminalidade em Ambiente Rodoviário que no contexto atual não se verifica, e não é aplicado (E1, E7).

A evolução tecnológica também colocou alguns problemas à atualidade do presente Despacho, pois face a esta evolução e aos novos desafios a DIC foi obrigada a desenvolver, na estrutura da IC, uma estrutura própria para efetuar a identificação, preservação, recolha, tratamento e apresentação de prova digital nos processos crime, sendo cada vez mais uma necessidade alargar estas unidades criando núcleos de recolha de prova digital forense, pelas várias SIIC dos vários comandos (E6).

No que diz respeito ao NIAVE, neste momento o Despacho n.º 18/14-OG, de 11 de março, não contempla o núcleo de investigação e apoio a vítimas específicas com escala técnica, o que faz com que os militares que estão nos respetivos núcleos sejam empenhados noutras funções, descurando assim os processos e as vítimas de violência doméstica (E8).

Quadro 1 – Análise das respostas à questão n.º 1

Entrevistado	Resposta	Argumentação
E1	“(…) está desatualizado às necessidades atuais. (…)”	<p>- “(…) Na prática, a tripla dependência da SIIC do CTer acaba por não ser alcançada nos NIC/DTer, acabando os Comandantes de Destacamento por impor as orientações que acham mais adequadas ao normal funcionamento do NIC do seu Destacamento (…)”</p> <p>- “(…) este Despacho retirou a competência de IC da Secções de Inquéritos. (…) nos Postos Territoriais de maior volume de inquéritos, como são o caso de alguns desta Unidade, esta situação veio unicamente retirar o abono do suplemento de IC aos militares das Secções de Inquéritos, mantendo-se o mesmo volume de trabalho, o que causou algum desconforto em termos anímicos e motivacionais.”</p> <p>- “(…) a meu ver o Despacho deveria ter definido concretamente o quadro orgânico adequado ao funcionamento das estruturas orgânicas que criou (…)”</p> <p>- “(…) o Despacho visava também a criação de estruturas orgânicas e funcionais tendo em vista uma alteração da estrutura da Guarda que não aconteceu, que é o caso da reativação das Brigadas Territoriais.”</p>
E2	“(…) Não está, nem nunca esteve (…)”	<p>- “(…) as Secções de Inquéritos dos Postos Territoriais executam diligências de Investigação, e como tal deviam estar na Estrutura IC, sendo impraticável e contraproducente ser apenas o NIC a realizar tais diligências.”</p> <p>- “(…) relativamente ao NIC, o mesmo tem sempre que estar sob o comando do Comandante de Destacamento, sendo o Chefe da SIIC a Autoridade Técnica, não fazendo sentido modelo diferente, pois é o Comandante de Destacamento que tem o conhecimento da sua realidade criminal específica e terá de ser ele a gerir as prioridades e o esforço da IC na sua ZA.”</p>
E3	“Sim.”	
E4	“(…) nunca alcançou o seu verdadeiro propósito (…)”	<p>- “(…) na prática, a dependência das estruturas IC dos Destacamentos funcionar sob a dependência administrativo-logística do Comandante de Destacamento, e apenas sob a dependência técnica da SIIC das Unidades.”</p> <p>- “(…) as Secções de Inquérito dos Postos Territoriais, antes do Despacho terem competência IC, e neste momento ter-lhes sido retirada, contudo, mantendo-se muitas das vezes o volume processual nas subunidades. (…) esta situação ter vindo unicamente retirar o abono do suplemento de IC aos militares das Secções de Inquéritos.”</p>
E5	“(…) necessário proceder a algumas alterações (…)”	- “(…) definir com rigor quais as funções de cada Núcleo, pois atualmente subsistem algumas dúvidas sobre procedimentos que nunca foram devidamente esclarecidas (…)”
E6	“(…) já não está atualizado às necessidades (…)”	- “(…) a evolução tecnológica que ocorreu nos últimos anos que levou a uma alteração nos comportamentos da sociedade e na forma como a GNR se teve de adaptar às novas necessidades (…) a Direção de Investigação já teve de desenvolver, na estrutura da IC, uma estrutura própria, que nós designamos de digital forense, para efetuar a identificação, preservação, recolha, tratamento e apresentação de prova digital nos processos crime (…)”

E7	“(…) deveria ser revisto (…)”	- “O Despacho 18/14 – OG prevê o empenhamento do NICAV dependendo da SIIC da BT, ou seja, considerando que existe uma SIIC, apenas vocacionada para a vertente da Criminalidade Rodoviária, pelo que no contexto atual não se verifica, e não é aplicado (…)”
E8	“(…) Não (…)”	- “(…) o Despacho 18/14 não contempla o núcleo de investigação e apoio a vítimas específicas com escala técnica, o que leva que os militares que estão nos respetivos núcleos sejam empenhados em outras funções, descorando assim os processos e as vítimas de violência doméstica.”

Fonte: Autor

5.2. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 2

A segunda questão da entrevista prende-se com os procedimentos do local do crime, nomeadamente, se os mesmos se encontram vertidos e uniformizados, não só aquando da formação de ingresso, mas também na respetiva documentação institucional.

De forma global e analisando o quadro 2, é possível constatar que de forma unânime, os procedimentos de IC no local do crime, se encontram devidamente vertidos e uniformizados, tanto no decorrer da formação como a nível de documentação institucional, contudo é de salientar a preocupação demonstrada pelos vários entrevistados, com a redução da formação contínua, com a falta de formação dos vários militares que não constituem a IC, mas que têm um papel fundamental na gestão do local do crime e consequente inspeção judiciária, e com a escassez de meios humanos, que não possibilitam, algumas das vezes, a inspeção do local do crime por militares especializados.

Na gestão do local do crime, como é possível observar nos capítulos anteriores, o trabalho efetuado pelo patrulheiro, primeiro a chegar ao local, é bastante importante para isolar o local e preservar os vestígios encontrados, mas pela falta de formação existente neste âmbito, no que diz respeito à formação base dos militares da GNR, muitas vezes esse trabalho não é bem feito, colocando em causa inclusivamente toda a inspeção judiciária (E1, E2, E4).

Outro aspeto relevante e também referente à formação, é o facto de alguns militares que compõem os NIC não estarem dotados com a formação específica, aprendendo com o respetivo chefe e com base na repetição (E1). Fruto da alteração do horário de referência e da falta de efetivo, a formação contínua foi praticamente suprimida ao nível das Subunidades Territoriais, por não haver qualquer hipótese horária para tal, havendo uma necessidade urgente de formação a esse nível, e a outros, o que também se reflete nos demais militares

que não os da estrutura IC, pois para se articularem com estes necessitavam de mais formação contínua (E2, E4).

Dividindo agora aquilo que é a realidade da vertente operativa e da vertente criminalística no que diz respeito a esta matéria, na vertente criminalística existiu um grande investimento na formação, nos meios materiais e na definição de procedimentos assentes em normas internacionais que levaram a uma qualidade no trabalho realizado, todos os procedimentos no local do crime estão devidamente padronizados de modo a que todos cumpram com as normas e procedimentos técnicos devidamente aprovados e autorizados, o NAT como referido anteriormente é responsável por recolher os vestígios no local do crime, sendo para isso necessária bastante especialização (E5, E6).

Por forma a existir uma maior interiorização de todos os procedimentos, estes são devidamente transmitidos e colocados em prática por diversas vezes durante o período de formação, os procedimentos gerais são sempre os mesmos para todos os técnicos de criminalística da Guarda Nacional Republicana, apenas com algumas variáveis, como o local, o tempo, o espaço, entre outras, situações estas que carecem de pequenas adaptações (E5).

Por outro lado, no que concerne às vertentes operativa e análise, existe um desequilíbrio na exigência pelo cumprimento de um procedimento uniforme e na exigência no ingresso na estrutura, contudo os militares que estão nestas valências têm feito um esforço individual, mais local, para que o seu serviço seja de qualidade (E6).

Mesmo com toda a formação existente, é importante manter a liberdade de ação do investigador no sentido do mesmo entender que toda a prova é admissível desde que não seja proibida, de igual forma, válida se se demonstrar que a sua recolha foi realizada de forma a manter a cadeia de custódia e inviolabilidade sendo por este motivo legítimo que surja a necessidade de uso ou implementação de novas técnicas para obter prova e juntar a mesma ao processo, sendo uma ciência em constante complemento, mutação e evolução (E7).

Quadro 2 – Análise das respostas à questão n.º 2

Entrevistado	Resposta	Argumentação
E1	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) é fundamental e necessária a formação de base nos alistamentos (...)” - “(...) alguns militares que compõem os NIC não 	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) o primeiro militar a chegar ao local, por norma o patrulheiro do Posto, tem uma função fundamental na preservação da prova e eventuais vestígios, e muitas vezes esse trabalho não é bem feito.” - “(...) alguns militares que compõem os NIC não estão dotados com a formação específica, aprendendo com o respetivo chefe e com base na repetição.”

	estão dotados com a formação específica (...)”	
E2	“(...) estão perfeitamente vertidos e uniformizados (...)”	- “(...) estão perfeitamente vertidos e uniformizados para os militares integrantes da Estrutura IC, quanto aos demais, ou seja, os patrulheiros, nem por isso.” - “(...) havendo uma necessidade urgente de formação contínua a esse nível, e a outros. Tal também se reflete nos demais militares que não os da Estrutura IC, que para se articularem com estes necessitavam de mais formação contínua (...)”
E3	“Sim.”	
E4	“(...) devidamente previstas e conseguidas (...)”	- “(...) quando se fala em gestão do local do crime importa referir que o primeiro militar a chegar ao local, por norma o patrulheiro, tem um papel importantíssimo na preservação dos meios de prova e eventuais vestígios, e muitas vezes esse trabalho não é bem feito, não só por falta de formação inicial (...) mas acima de tudo, por neste momento, ser cada vez mais difícil ter um efetivo ajustado à realidade e às necessidades (...)”
E5	“(...) sim, nem poderia ser de outra forma.”	- “Todos os procedimentos no local do crime estão devidamente padronizados de modo a que todos cumpram com as normas e procedimentos técnicos devidamente aprovados e autorizados.” - “Todos estes procedimentos são devidamente transmitidos e colocados em prática por diversas vezes durante o período de formação, de modo a que os mesmos se tornem uma prática comum (...)” - “(...) num determinado crime os procedimentos gerais serão sempre os mesmos para todos os técnicos de criminalística da Guarda Nacional Republicana, apenas com algumas variáveis (...)”
E6	“(...) estão devidamente vertidos e uniformizados a nível nacional (...)”	- “A criminalística fez um grande investimento na formação, nos meios materiais e na definição de procedimentos assentes em normas internacionais que levaram a uma qualidade no trabalho realizado, muito desenvolvido ao nível do que se pratica a nível internacional (...)”
E7	“(...) considero estarem devidamente vertidos e uniformizados (...)”	- “(...) sendo certo que cada local do crime possui a sua especificidade, é importante manter a liberdade de ação do investigador no sentido do mesmo entender que toda a prova é admissível desde que não seja proibida, de igual forma, válida se se demonstrar que a sua recolha foi realizada de forma a manter a cadeia de custódia e inviolabilidade, pelo que é legítimo que surja a necessidade de uso ou implementação de novas técnicas para obter prova e juntar a mesma ao processo, sendo uma ciência em constante complemento, mutação e evolução.”
E8	“(...) estão uniformizados (...)”	- “(...) no entanto devido à escassez de meios humanos esse mesmo local só é analisado em situações muito pontuais, ou seja, se a situação for grave que justifique a deslocação de um núcleo de investigação criminal ao terreno, caso contrário são os militares do posto sem formação a elaborar o expediente.”

Fonte: Autor

5.3. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 3

A questão n.º 3 do guião de entrevista versa sobre os pontos passíveis de melhoria e os constrangimentos no que diz respeito à interação e interoperabilidade entre as duas vertentes da investigação criminal, nomeadamente a operativa e a criminalística.

Segundo o quadro 3, importa destacar a necessidade de melhorar a troca de informações entre ambas as vertentes, idealizar a IC como um todo e não como várias partes, o que acaba por desequilibrar a capacidade das várias vertentes, e aumentar a capacidade de resposta da criminalística no que toca a crimes que ocorram em acidentes rodoviários.

A interação entre as vertentes operativa e criminalística no CTer de Setúbal, no que diz respeito à gestão do local do crime ocorre de forma distinta, sendo que o NAT de Setúbal não pode abordar o local do crime logo com o investigador operativo, devido aos longos tempos de espera e distância entre os vários DTer, uma vez que causaria um enorme transtorno, tanto aos investigadores como aos lesados. Por outro lado, o NAT de Almada pela proximidade territorial aos DTer Montijo e principalmente ao DTer Almada, acabam muitas vezes por constituir no imediato, equipas mistas de inspeção ao local do crime, na vertente tática (NIC) e técnica (NAT), o que produz uma mais valia na eficácia da inspeção judiciária (E1).

O reduzido efetivo disponível e centralizado no CTer, dificulta a disponibilidade e atuação direta e eficaz para a extensa área à responsabilidade de um Comando Territorial. No que diz respeito à vertente criminalística, a distância entre os vários núcleos é um dos obstáculos mais difíceis de ultrapassar, pois o facto de estarem distantes faz com que por vezes as solicitações sejam evitadas. Neste ponto é importante referir que a vertente da criminalística apenas é chamada ao local pela vertente operativa, quando esta última o considere necessário, para proceder à recolha de prova, ficando esta chamada à consideração dos militares da vertente operativa. Desta forma existe, em teoria, uma possibilidade de que algumas investigações fiquem fragilizadas pela não ida ao local da criminalística. (E3, E5, E8)

Por outro lado a capacidade da vertente criminalística de recolha de informações, através do NAT, sendo um órgão que abrange todo o Comando, poderia ser dinamizada com um melhor aproveitamento das informações da vertente criminalística pela operativa, através da realização de briefings com determinado espaçamento temporal, onde constassem todas as inspeções realizadas, “modus operandi” verificados, vestígios recolhidos, em suma efetuar uma partilha daquilo que se apurou através das inspeções judiciárias realizadas. Desta

forma todos os núcleos do Comando estariam a par das últimas ocorrências, criando uma maior capacidade de dirigir as investigações. (E1, E2 e E4).

Outro ponto que poderia ser melhorado prende-se com o investimento e exigência na formação, de mais recursos, tanto humanos como materiais, e definição de procedimentos de funcionamento e atuação uniformes e, ajustados, ao que se pratica a nível internacional, não só para uma vertente, mas para a IC como um todo. A IC tem de funcionar verdadeiramente como uma estrutura, dependente de uma cabeça que emana procedimentos e define estratégias a nível nacional e não de um conjunto de órgãos em que cada um trabalha para si (E6).

Um grande constrangimento no que diz respeito aos crimes em acidentes de viação, diz respeito ao NAT, que não se encontra vocacionado para a recolha de prova em local de crime rodoviário, tendo o elemento da operativa que se desloca ao local de realizar algumas diligências que seriam da competência da criminalística. A interoperabilidade entre estas vertentes, nestes casos, fica limitada apenas ao necessário, ou seja, à recolha e identificação de vestígios lofoscópicos ou biológicos. Deveria existir um maior cruzamento de temáticas, como a manipulação de tacógrafos, através do uso de militares com formação técnica que passassem a pertencer à vertente da criminalística, para que desta forma, não existisse necessidade de recurso a peritos externos, que apesar do compromisso nos termos da lei processual penal, por vezes não lhes é reconhecida total idoneidade (E7).

Quadro 3 – Análise das respostas à questão n.º 3

Entrevistado	Resposta	Argumentação
E1	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) constituir no imediato, equipas mistas (...)” - “Realização de briefings (...)” 	<ul style="list-style-type: none"> - “O NAT de Setúbal não pode abordar o local do crime logo com o investigador operativo, devido aos longos tempos de espera e distância entre os vários DTer, uma vez que causaria um enorme transtorno, tanto aos investigadores como aos lesados (...)” - “(...) a vertente de criminalística, representada pelo NAT, sendo um órgão que abrange todo o Comando, poderia efetuar um briefing com determinado espaçamento temporal, onde constassem todas as inspeções realizadas, “modus operandi” verificados, vestígios recolhidos, em suma efetuar uma partilha do que apurou.”
E2	“(...) informações deveriam ser melhor aproveitadas (...)”	- “(...) os militares da estrutura de criminalística, pelo facto de estarem constantemente a serem empenhados em Inspeções Judiciárias em diversas ZA de diversos Destacamentos, têm uma boa perceção de fenómenos criminais que ocorrem em diversas áreas, que torna possível determinar o “Modus Operandi” dos autores do crime.”
E3	- “(...) boa interação entra as duas vertentes (...)”	- “(...) nomeadamente na recolha de informações entre os NIC a nível de Destacamento e partilha, tratamento e difusão nas áreas responsáveis.”

	- “(...) reduzido efetivo disponível e centralizado (...)”	- “(...) reduzido efetivo disponível e centralizado no Comando Territorial, o que dificulta a disponibilidade e uma atuação direta e eficaz (...)”
E4	“(...) partilha de melhores e atuais informações pelos diversos escalões.”	- “Melhores informações, levam a melhores formas de atuação perante atos criminosos.”
E5	- “(...) não existe muito por onde melhorar (...)” - “Quanto aos constrangimentos acho que o mais relevante será a distância (...)”	- “(...) mantemos um relacionamento institucional (até pessoal) muito positivo (...)” - “(...) o facto de estarmos distantes de qualquer um dos Núcleos poderá fazer com que por vezes as solicitações sejam evitadas.” - “(...) o que transmito á minha equipa é que preferimos ir a dez situações onde não se justificava a nossa presença (pelas mais variadas razões) do que não ir a uma em que esta fosse necessária.”
E6	“(...) investimento na exigência de formação, de mais recursos, tanto humanos como materiais, e definição de procedimentos de funcionamento e atuação uniformes e, ajustados, ao que se pratica a nível internacional.”	- “(...) este investimento tem de ser feito nas três vertentes da IC de forma conjugada para não criar desequilíbrios e a IC ser vista como um só. - “(...) a IC tem de funcionar verdadeiramente como uma estrutura, dependente de uma cabeça que emana procedimentos e define estratégias a nível nacional e não de um conjunto de órgãos em que cada um trabalha para si e desenquadrados de um plano nacional.”
E7	“(...) falta de rotina (...)”	- “(...) no caso dos NICA V verifica-se que o elemento da operativa que se desloca ao local, acaba por realizar algumas diligências que seriam da competência da criminalística, já que o NAT não se encontra vocacionado para a recolha de prova em local de crime rodoviário (...)” - “(...) poderia existir um maior entrosamento em temáticas como a manipulação de tacógrafos através do uso de militares com formação técnica (...)”
E8	“(...) principais constrangimentos é a distância física (...) e o tempo de resposta (...)”	- “A interação entre a investigação criminal operativa e criminalística tem grandes benefícios em termos de obtenção de prova para a acusação (...)”

Fonte: Autor

5.4. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 4

A presente questão visa obter a opinião dos entrevistados sobre as principais lacunas a nível procedimental.

De modo global e analisando o quadro 4, é possível concluir, no que diz respeito às principais lacunas procedimentais, que existe uma falha de formação a nível processual, não existindo um método bem definido para todo o efetivo, existem procedimentos bem definidos para cada uma das vertentes, mas existem lacunas aquando da coordenação entre elas e existem também constantes alterações procedimentais, ocorridas devido à alteração dos superiores hierárquicos.

No que diz respeito às várias lacunas em termos procedimentais, é possível destacar que a consulta e o controlo de inquéritos em termos locais são feitos de forma automática pelo escalão intermédio. Esta falta de controlo, acaba por permitir ao investigador ser autónomo no seu trabalho, levando a efeito as investigações que entende serem as mais indicadas, não sendo contabilizadas as perdas e os ganhos, num período de grande carência de meios humanos e materiais (E1).

Uma outra lacuna prende-se com o facto de, na formação de ingresso na especialidade, seja em que categoria for não existir qualquer formação sobre a organização processual, saltando à vista no controlo dos processos algumas falhas na organização das diferentes peças processuais, com colocação de informações não essenciais. Este facto acaba por criar confusão ao Magistrado titular do inquérito, sendo essencial para colmatar esta falha, que em inquéritos com alguma envergadura e prova, exista o envolvimento da vertente de análise (NAIIC), para serem juntos ao processo os diagramas de conexão e organogramas. Outra forma de solucionar o problema seria dotar todos os Comandantes de Destacamento com formação de IC e adaptar esta formação para que seja fornecida de forma transversal a sargentos e guardas nos respetivos cursos específicos de formação. (E1, E2, E4, E8).

Uma falha procedimental já referida anteriormente, mas que importa salientar, advém do deslocamento da patrulha de ocorrências ao local do crime, esta está formatada, pela falta de formação, para pensar apenas em vestígios lofoscópicos, esquecendo-se de todos os outros tipos de vestígios, principalmente os físicos (pegadas) e os biológicos (sangue), sendo estes inclusive os mais comuns. Por forma a colmatar este problema deverá o Comando da Guarda ser mais insistente na formação e instrução periódica nos procedimentos a adotar sempre que os militares se dirigem a uma cena de crime e como devem proceder no interior da mesma (E5, E6).

No que diz respeito aos crimes rodoviários, é importante compreender que, tirando os crimes que envolvem vítimas mortais, a IC não se encontra minimamente desperta para os restantes tipos de ilícitos criminais ao contrário de outros países, como é o caso de Espanha. De forma sucinta não existe doutrina definida para os restantes crimes rodoviários (E7).

Quadro 4 – Análise das respostas à questão n.º 4

Entrevistado	Resposta	Argumentação
E1	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) consulta e o controlo de inquéritos (...)” - “(...) métodos utilizados na organização das diferentes peças processuais (...)” 	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) o controlo de inquéritos em termos locais, continua a ser feita de forma arcaica e de certo modo de forma automática pelo escalão intermédio, porque quem exerce funções de comando e devia ter uma palavra a dizer está atulhado de atribuições e missões.” - “(...) Na formação de ingresso na especialidade, seja em que categoria for, não existe qualquer formação sobre a organização processual, saltando à vista no controlo dos processos algumas falhas na organização das diferentes peças processuais, com colocação de informações não essências e que nada acrescentam ao inquérito e que acabam por criar confusão ao magistrado.”
E2	“(...) diferentes procedimentos para a mesma situação (...)”	- “Não existe qualquer formação desde logo fornecida nos cursos IC, sobre a organização processual, e o que muitas vezes se denota são falhas na organização das diferentes peças processuais, com colocação de informações “a mais” nos processos, que acabam por criar confusão ao Magistrado titular do inquérito.”
E3	“Nenhuns relevantes.”	
E4	“(...) diferentes procedimentos (...)”	- “criando muitas vezes resultados finais de inquéritos, dispare, pois fica um pouco à imagem de cada investigador. Creio que, ao nível da formação específica de IC (...) todos os Comandantes de Destacamento deverem ter formação IC (...) mas também, essa formação deveria ser transversal a sargentos e guardas, nos respetivos cursos específicos de formação.”
E5	“(...) falta do devido isolamento dos locais onde ocorrem os crimes. (...)”	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) pensamento quase geral do dispositivo, é a verificação de que apenas pensam em vestígios lofoscópicos, esquecendo-se de todos os outros tipos de vestígios, principalmente os físicos (pegadas) e os biológicos (sangue, pelos), sendo estes os mais usuais.” - “Deverá o Comando da Guarda ser mais insistente na formação e instrução periódica nos procedimentos a adotar sempre que os nossos militares se dirigem a uma cena de crime (...)” - “(...) se conseguirmos implementar as equipas de Investigação Criminal sugeridas na questão anterior, colmataríamos uma grande parte destas situações, pois iria estar sempre presente uma equipa de Investigação Criminal, a qual apoiaria a patrulha e lhe daria as indicações no que concerne aos procedimentos (...)”
E6	“(...) falta de procedimentos que uniformizem o modo de atuação coordenada entre as vertentes da IC (...)”	- “A estrutura da IC assenta, essencialmente, em 3 pilares de atuação na investigação: a operativa, a criminalística e a análise. E aqui, pela minha experiência, posso dizer que existe um grande desequilíbrio, com uma discriminação positiva para a área da criminalística e com uma discriminação negativa para as áreas da Operativa e Análise.”
E7	“(...) não existe doutrina definida para os restantes crimes rodoviários (...)”	<ul style="list-style-type: none"> - “(...) o NICAIV acaba por realizar atividade de criminalística e operativa em simultâneo (...) não existindo uma clara separação neste tipo de atividade de IC entre a operativa e criminalística (...)” - “(...) era de todo pertinente que a criminalística ou o Núcleo Digital Forense detivesse formação técnica,

		eletrónica e legal para poder recolher a prova de manipulação instalada no circuito elétrico do veículo (...)”
E8	“(...) constantes alterações (...)”	- “(...) as constantes alterações a nível de magistrados e de funcionários dos tribunais, bem como a nível do comando da GNR, que faz com que os procedimentos tenham de ser alterados.” - “Deveria existir um padrão de procedimentos a nível nacional que cada vez que fosse alterado não era só num Departamento de Investigação e Ação Penal, mas a nível de todos e tribunais e de todos os comandos territoriais.”

Fonte: Autor

5.5. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 5

Por fim, para terminar o guião de entrevista, a última questão versa sobre quais serão as melhorias a implementar na relação entre as vertentes da IC em estudo no presente trabalho de investigação.

Após a análise do quadro 5, relativo às melhorias a implementar na relação entre as vertentes de IC, grande parte dos entrevistados destacou ser essencial a centralização dos vários núcleos de IC, apontando a distância como um fator negativo e prejudicial à eficácia do serviço prestado, sendo por isso necessário aproximar os vários núcleos de IC, alterando por completo o atual paradigma, nomeadamente até com a criação de equipas mistas, compostas por militares de ambas as vertentes.

Como melhorias a implementar na interação entre as vertentes de IC, são de destacar a necessidade de criar um repositório único de informações, dedicado exclusivamente a investigação criminal, por forma a obter uma única fonte de informação partilhada (E1, E4).

Como forma de aproximar os vários núcleos de IC deveria ser criado um “Destacamento de Investigação Criminal”, em que as 3 vertentes da investigação, estivessem inteiramente sob a mesma dependência técnica, funcional, logística e administrativa, a criação deste destacamento poderia dar um impulso em termos de qualidade do serviço e ligação estreita entre todas as vertentes de IC. Uma centralização da IC, onde se junta todas as vertentes e núcleos (NAIIC/NAT/NAO/NIAVE/NICOA/NICAV/NIC) num só espaço físico traria uma maior eficácia no combate à criminalidade, que é cada vez mais dispersa, itinerante e complexa, e só com uma centralização e cada vez mais especialização se consegue mais e melhores resultados. (E1, E2, E3, E4, E5)

Este destacamento único possibilitaria ter juntamente com o NIC o efetivo do NAT, para possibilitar uma atuação mais imediata e direta no local do crime, entre outras

diligências imediatas ao nível da criminalística, evitando muitas vezes a não preservação e até mesmo a destruição de vestígios no local do crime (E3, E5).

Num ponto de vista mais global, deveria ser definida ainda uma estrutura em que todos os procedimentos e estratégias sejam definidas e controladas pelo órgão que detenha essa função, como por exemplo a DIC, este avanço não colocaria em causa o comando dos vários CTer, mas colocaria a estrutura de IC a funcionar numa estratégia nacional, o que apenas seria possível com um investimento em paralelo na formação, na exigência e nos recursos humanos e materiais (E6).

Seguindo uma outra linha de pensamento deveria existir um maior entrosamento entre o NICA e a vertente criminalística no terreno, já que a prova recolhida resultaria com melhor qualidade para junção ao inquérito e maior sustentação legal da acusação ou arquivamento, sendo que como referido anteriormente a vertente criminalística não se encontra desperta para os vários crimes a nível rodoviário (E7).

Uma outra melhoria a implementar seria a implementação de uma escala técnica para todos os núcleos de IC, sendo que nos tempos que correm estas e outras áreas da investigação não se podem basear num horário fixo, desta forma o crime evolui e a investigação criminal dentro da GNR fica estagnada (E8).

Quadro 5 – Análise das respostas à questão n.º 5

Entrevistado	Resposta	Argumentação
E1	- “(...) repositório único de informações (...)” - “(...) modelo concentrado distrital (...)”	- “(...) o modelo NIC/DTer no atual formato acaba por estar desatualizado, sendo pouco funcional e criando por vezes conflitos no que à competência funcional diz respeito, podendo refletir-se no sucesso da investigação. (...) um modelo concentrado distrital, numa ótica semelhante aos Destacamentos de Trânsito e de Intervenção, ou seja, um “Destacamento de investigação Criminal” em que as 3 vertentes da investigação, estivessem inteiramente sob a mesma dependência técnica, funcional, logística e administrativa, faria todo o sentido (...)”
E2	“(...) centralização da IC (...)”	- “(...) Destacamento único, onde se junta todas as vertentes e núcleos num só espaço físico, seria mais eficaz no combate à criminalidade, que é cada vez mais dispersa, itinerante e complexa (...) só com uma centralização e cada vez mais especialização se consegue mais e melhores resultados.”
E3	“(...) ter juntamente com o NIC o efetivo que constituísse um NAT (...)”	- “(...) para possibilitar uma atuação mais imediata e direta no local do crime, entre outras diligências imediatas ao nível da criminalística.”
E4	- “(...) criação de uma única fonte de informação partilhada.” - “(...) criada uma	- “(...) penso que a partilha de informações deveria ser mais assertiva (...)” - “(...) estrutura essa que seria dotada de um quadro orgânico ajustado à imagem das necessidades do distrito em

	estrutura orgânica efetivamente sólida, e que agregasse a totalidade das vertentes IC, com uma única dependência (...)”	que a Unidade está inserida, e que seria dotada dos melhores e ajustados meios, humanos e materiais. Só dessa forma se conseguiria melhorar, ou tornar mais homogêneo o produto da IC ao nível das Unidades.”
E5	“(…) os Núcleos estarem fisicamente no mesmo espaço e também com a mesma dependência (...)”	- “(…) de modo a evitar o deslocamento de meios humanos ou técnicos para funções que não estejam definidas para aquela equipa em concreto. - “(…) deveria ser criada uma equipa de Investigação Criminal, constituída por um elemento da criminalística e um da operativa (...) com o intuito de prestarmos um serviço de qualidade ao cidadão e evitarmos muitas vezes a não preservação e até mesmo a destruição de vestígios no local do crime (...)”
E6	“Ser definida uma estrutura em que todos os procedimentos e estratégias sejam definidas e controladas pelo órgão que detenha essa função (...)”	- “(…) isto não poria em causa a capacidade de comando de cada Comando Territorial, mas colocaria a estrutura da IC a funcionar numa estratégia nacional.”
E7	“(…) maior entrosamento em temáticas (...)”	- “(…) falta de aptidão/experiência em quem desempenha funções de criminalística no que aos Crimes em Ambiente Rodoviário diz respeito, por serem em menor quantidade e por serem menos vezes empenhados nestas questões.” - “Não se verifica um contínuo apoio técnico por parte da estrutura de investigação criminal (DIC/SIIC) aos NICAV, muito menos dotação de meios materiais (viaturas).”
E8	“As vertentes da investigação criminal deveriam ter todas uma escala técnica (...)”	- “(…) para a qualquer hora poder ser solicitado um pedido de ficha biográfica, pedido de licença e uso e porte de arma por exemplo, nos tempos que correm estas e outras áreas da investigação na se pode aplicar um horário das 09h00 às 17h00 de segunda a sexta-feira, é uma mentalidade que é do século passado.”

Fonte: Autor

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente trabalho de investigação aplicada tem como problemática em estudo a relação entre a vertente criminalística e a vertente operativa da Investigação Criminal na GNR, mais precisamente no Comando Territorial de Setúbal. Após toda a investigação realizada são apresentadas as conclusões retiradas do estudo em causa, através dos vários resultados obtidos não só na análise documental, como também no trabalho de campo desenvolvido, com o fim último de responder às perguntas derivadas e, consequentemente, à pergunta de partida.

Em primeiro lugar e respondendo à PD1: “Quais as funções e orgânica da vertente operativa e da vertente criminalística e qual o seu papel na investigação criminal?” conclui-se que ambas as vertentes se encontram definidas no Despacho n.º 18/14 – OG, de 11 de março, sendo as mesmas constituídas por vários núcleos e secções, cada um com a sua missão específica.

Quando aludimos à vertente operativa, tal como refere o Despacho supracitado, estamos a falar de uma vertente de investigação criminal em sentido estrito, tendo esta a responsabilidade de realizar a investigação propriamente dita, através dos seus vários núcleos, que são responsáveis pela investigação tendo em conta os ambientes em que as mesmas se inserem.

De forma sumária, é possível afirmar que organicamente a vertente operativa é composta pelos NIC, que têm uma função mais genérica, de proceder à investigação dos vários crimes que ocorram na sua zona de ação, pelos NICOOA, responsáveis por realizar a investigação dos crimes de natureza ambiental, os NIAVE, com a missão de investigar os crimes contra os grupos de vítimas especialmente vulneráveis e por fim os NICAV, responsáveis por realizar todas as investigações de crimes de âmbito rodoviário.

Por outro lado, a vertente criminalística é responsável por realizar o apoio a todas as investigações referidas anteriormente, tendo por esse motivo um cariz mais especializado que a vertente anterior, nomeadamente através dos NTP, competentes por tratar e analisar todos os vestígios recolhidos no local do crime, pelos NAT, responsáveis por recolher os vestígios nas inspeções judiciais e ainda pela área digital forense, responsável por recolher os vestígios que se encontrem armazenados em formato digital.

Após a realização do trabalho de campo foi possível concluir que, o Despacho n.º 18/14-OG, de 11 de março, responsável por definir a orgânica e as atribuições das várias

vertentes da IC na GNR, se encontra eventualmente desatualizado e desajustado às atuais necessidades. Este facto deve-se, sobretudo à atribuição de competências à SIIC, que através deste Despacho ficou com a competência técnica dos NIC e retirou-a dos Comandantes de Destacamento. Sendo certo que os vários NIC ao nível de DTer se encontram sediados nas instalações dos destacamentos territoriais, afastados da SIIC, esta acaba por nunca alcançar a sua verdadeira competência, acabando por ser efetivada pelos Comandantes de Destacamento.

Outro eventual problema com o Despacho supracitado, é o facto de o mesmo consagrar uma suposta evolução na orgânica da GNR, nomeadamente no retorno ao antigo modelo, constituído por Brigadas, o qual nunca se efetivou.

A evolução tecnológica originou também alguns constrangimentos ao mesmo Despacho, pois o mesmo não prevê o aparecimento de núcleos necessários à recolha de prova digital, sendo uma atualização necessária face à crescente dependência de dispositivos informáticos na vida dos cidadãos.

Respondendo à PD2 “De que forma é realizada a interação entre as vertentes criminalística e operativa?”, importa primeiramente salientar que esta interação, se encontra essencialmente na gestão do local do crime.

Analisando o Manual de Gestão do Local do Crime da GNR, é possível afirmar que é neste local que a vertente operativa e a vertente criminalística se cruzam e trabalham entre si, na realização de toda a investigação, tendo um papel essencial nesta mesma gestão. De forma sumária, esta não é realizada apenas por estas duas vertentes, tendo a participação também da patrulha às ocorrências, que por ser a primeira a chegar ao local tem a responsabilidade de isolar a área e preservar os vestígios, aguardando a chegada da vertente operativa. Nos moldes atuais, a vertente operativa após realizar um exame geral ao local do crime, caso sinta necessidade, pede apoio à vertente criminalística.

Após ter este conceito em mente, importa compreender se os procedimentos no local do crime efetivamente estão padronizados e vertidos na formação. Através do trabalho de campo, foi possível concluir que todos os procedimentos no local do crime se encontram perfeitamente vertidos e uniformizados no que diz respeito aos militares integrantes na estrutura da IC. Todos os procedimentos estão padronizados e cumprem com as normas técnicas devidamente aprovadas e autorizadas.

Porém, é possível identificar um maior investimento no que diz respeito à vertente criminalística do que na vertente operativa. Este investimento pode ser justificado pela

necessidade de uma maior especialização dos militares da criminalística, para que possam cumprir inclusive com algumas normas internacionais, sendo que o seu trabalho poderá colocar diretamente em causa a validade dos vários vestígios recolhidos e a validade da prova.

Atendendo à PD3 “Quais as dificuldades encontradas nesta relação?”, é possível concluir após a elaboração do presente trabalho que existem bastantes dificuldades sentidas pelos vários núcleos de ambas as vertentes.

No que diz respeito ao presente modelo de gestão do local do crime, este pode não estar a funcionar da forma desejada, sendo que, em primeiro lugar a formação débil das patrulhas às ocorrências, muitas vezes não permite que o seu desempenho seja eficaz, colocando em causa a preservação do local do crime, desconsiderando os vestígios encontrados e impossibilitando a continuação da investigação.

Por outro lado, o facto das vertentes estarem divididas aquando da deslocação ao local do crime cria bastantes inconvenientes, não só em termos de despesas de deslocação, mas também em termos de tempo despendido, prolongando a manutenção de todas as estruturas no local do crime, a duração do tempo em que os vestígios podem estar em contacto com elementos que os contaminem e aumentando consequentemente o transtorno aos próprios lesados.

Este distanciamento entre os vários núcleos, faz também com que, muitas das vezes as solicitações de presença da vertente criminalística por parte da vertente operativa sejam demasiado ponderadas ou inclusive colocadas de parte, prejudicando em grande escala toda a investigação, pelo simples facto de ser considerado um processo moroso.

A comunicação entre ambas as vertentes de IC, acaba também por ser prejudicada, pois como é perceptível, se os vários NIC de um determinado Comando, trabalham com o mesmo NAT, este facto faz com que o NAT consiga adquirir informação que junta das várias situações ocorridas nas várias zonas de ação. Esta informação muitas das vezes até por lapso acaba por não ser partilhada, o que cria um desfasamento de conhecimentos entre os vários núcleos.

No que diz respeito à PD4 “Quais as possíveis soluções para as dificuldades encontradas?”, é possível concluir que existem inúmeras soluções para os problemas apresentados na questão anterior e que deveriam ser tidos em conta para melhorar o desempenho e a eficácia da IC da GNR.

Nesta senda, uma possível resposta para grande parte das dificuldades apontadas, passaria por efetivar uma centralização das várias vertentes, possibilitando a melhoria da sua interação, assim como do seu tempo de resposta. Para isso deveria de ser ponderada a junção de todos os núcleos num possível Destacamento de Investigação Criminal, estrategicamente colocado nos vários Comandos Territoriais, sob a mesma dependência técnica, funcional, logística e administrativa.

A implementação desta medida poderia acabar com a problemática entre as SIIC e os Comandantes de DTer, com a problemática da passagem de informação entre os vários núcleos, pois estariam todos centralizados e possibilitaria também a deslocação ao local do crime não só pela vertente operativa numa primeira fase, mas por ambas as vertentes, reduzindo desta forma o transtorno causado aos lesados e a demora na recolha dos vestígios.

Outra questão importante passa pela formação, a IC é uma componente importante no dia a dia dos militares da GNR e existe uma necessidade de melhorar a sua formação base, não dos militares que constituem as várias especialidades da IC, mas dos militares da patrulha às ocorrências, que podem não receber formação suficiente nesta matéria, para que lhes seja exigida tamanha responsabilidade. A formação no curso de formação de Guardas deve ser revista nesta matéria para que vá de encontro às expetativas e para que não ponha em causa toda a investigação dos militares da IC.

Por fim, respondendo à PP “De que forma é feita a articulação das vertentes criminalística e operativa e como pode ser melhorada?” a relação entre as vertentes da IC é fundamental para todo o desenrolar da investigação e para alcançar os objetivos pretendidos pela lei. Esta relação influencia de forma determinante a descoberta da verdade e o alcançar da justiça. A gestão do local do crime é uma atividade bastante delicada e que obriga à existência de uma grande uniformização e harmonia de procedimentos e de técnicas. Muitas das vezes é a última esperança dos cidadãos lesados, vítimas de crimes, verem os seus direitos garantidos e acreditarem na capacidade não só das forças de segurança, mas também dos tribunais e ministério público.

A articulação entre as vertentes criminalística e operativa é realizada tendo em conta documentação institucional, no caso pelo Despacho n.º 18/14-OG, de 11 de março, que compõe toda a orgânica e todas as funções da IC na GNR, mas também através de inúmeros procedimentos fornecidos aquando da formação dos vários cursos de IC, que possibilitam a coordenação e eficácia entre as vertentes.

No fim de todo o trabalho de investigação é possível observar a necessidade de reformular algumas das *bases* da IC na GNR, por forma a fazer face às exigências diárias dos cidadãos. O modelo atual funciona, mas pode eventualmente não conseguir dar resposta a algumas das ocorrências, é um processo moroso e possibilita a existência de várias variáveis que podem colocar em causa o trabalho dos militares das várias vertentes. Para além deste facto um modelo descentralizado poderá potenciar desigualdades dentro da própria organização, sendo que por este motivo, na nossa opinião, é aconselhável evoluir para um modelo centralizado, possibilitando a criação de uma estrutura de IC única em oposição à presente ideologia de uma IC tripartida. Consideramos que este é um dos pensamentos que possibilita uma evolução unânime e evita desarmonia e desorganização operacionais.

Durante a realização do presente trabalho de investigação, existiram várias limitações, sendo de destacar que todas derivaram da declaração do Estado de Emergência por parte do Estado Português, devido a uma questão de saúde pública, originada pela pandemia do vírus Covid-19, que dificultou a recolha de documentação para a elaboração de todo o quadro teórico e ainda impossibilitou a realização de entrevistas presenciais.

Por último propõe-se que em futuras investigações se estude a possibilidade de criação de um novo modelo de IC, mais centralizado e que possibilite uma maior interação entre as várias vertentes. Um modelo capaz de fazer face a todas as dificuldades encontradas no presente trabalho de investigação aplicado e que corresponda às necessidades dos vários constituintes da IC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros, artigos científicos e relatórios (citados ou consultados)

- Antunes, F. (1985). *Investigação Criminal - Uma Perspectiva Introdutória*. Loures: EPJ.
- Braga, F. (1996). *Guia de Investigação Criminal*. Porto: Edição do Autor.
- Branco, C. (2010). *Guarda Nacional Republicana - Contradições e Ambiguidades*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Brandl, S. (2017). *Criminal Investigation*. California: SAGE Publications.
- Braz, J. (2010). Um novo paradigma metodológico na investigação do crime organizado. *2º Congresso de Investigação Criminal*. Lisboa.
- Braz, J. (2013). *Investigação Criminal. A organização, o método e a prova – Desafios da nova criminalidade*. Lisboa: Almedina.
- Coutinho, C. P. (2013). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2ª Ed.). Coimbra: Almedina.
- Fortin, M. F. (2009). *O Processo de Investigação da conceção à realização* (5ª ed.). Loures: Lusociência.
- Freixo, M. (2012). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto PIAGET.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*. Cascais: Princípia.
- Hess, M., Orthmann, H. & Cho, L. (2016). *Criminal Investigation*. Boston: Cengage Learning.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). *Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análises e interpretação de dados*. (2ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Mannheim, H. (1984). *Criminologia Comparada*. Lisboa: F. Calouste Gulbenkian.
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Mendes, P. d. (2017). *Lições de Direito Processual Penal*. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, F. (2004). *A Defesa e a Investigação do Crime: Guia Prático Para a Análise da Investigação Judiciária e Para a Investigação pelos Recursos Próprios da Defesa Criminal*. Coimbra: Almedina.

- Pereira, R. (2005). *Informações e Investigação Criminal*, I Colóquio de Segurança Interna, Coimbra: Almedina.
- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Académico* (2.^a Ed.). Novo Hamburgo: Universidade Feevale.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (2.^a Ed.). Lisboa: Gradiva.
- Sarmento, M. (2013). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. (3.^a ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Soares, P. (2014). *Meios de obtenção de prova no âmbito das medidas cautelares e de polícia*. Coimbra: Almedina.
- Valente, M. (2006). *Regime Jurídico da Investigação Criminal - Comentado e Anotado*. Coimbra: Almedina.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: Processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

Legislação e outros documentos oficiais (citados ou consultados)

- Academia Militar (2016). *NEP 522/1^a de 20 de janeiro: Trabalho de Investigação Aplicada*.
- Assembleia Constituinte [AC] (1976). Decreto de 10 de abril de 1976: Constituição da República Portuguesa. *Diário da República*, 1^a série, n.º 86, 738-775.
- Assembleia da República [AR] (2008). Lei n.º 49/2008 de 27 de agosto: Lei de Organização da Investigação Criminal. *Diário da República*, 1^a série, n.º 165, 6038-6042.
- Assembleia da República [AR] (2008). Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto: Lei de Segurança Interna. *Diário da República*, 1^a série, n.º 167, 6135-6141.
- Assembleia da República [AR] (2007). Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro: Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 1^a série, n.º 213, 80438051.

- Guarda Nacional Republicana (2003). *Despacho n.º 07/03-OG de 21 de janeiro: Criação da Chefia de Investigação Criminal e da Estrutura Orgânica da Investigação Criminal*.
- Guarda Nacional Republicana (2007). *Manual de Gestão do Local do Crime*. Lisboa: Escola da Guarda.
- Guarda Nacional Republicana (2009). *Despacho n.º 63/09-OG de 31 de dezembro: A Investigação Criminal da Guarda Nacional Republicana*.
- Guarda Nacional Republicana (2009 a). *Manual de Investigação Criminal*. Queluz: Escola da Guarda.
- Guarda Nacional Republicana (2014). *Despacho n.º 18/14 - OG, de 11 de março*.
- Guarda Nacional Republicana (2015). *Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 8.01, de 23 de dezembro*. Comando Territorial de Setúbal.
- Guarda Nacional Republicana. (2016). *Manual de Investigação Criminal*. Queluz: Escola da Guarda.
- Guarda Nacional Republicana (2018). *Despacho n.º 488/18 - OG, de 28 de novembro*.
- Ministério da Administração Interna (2018). *Relatório Anual de Segurança Interna 2018*; Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna.
- Ministério da Justiça (1987). Decreto-Lei n.º 78/1987 de 17 de fevereiro: Código de Processo Penal. *Diário da República*, 1ª série, n.º 40, 617-699.
- Polícia Judiciária (2009). *Inspeção Judiciária – Manual de Procedimentos*. Lisboa: Ministério da Justiça.

APÊNDICES

APÊNDICE A — QUADRO DE RELAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Quadro 6 — Quadro de relação para a elaboração das entrevistas

Objetivos	Questões	Questões de Entrevista
Geral: Encontrar possíveis melhorias na relação entre as vertentes criminalística e operativa no Comando Territorial de Setúbal.	PP: De que forma é feita a articulação das vertentes criminalística e operativa e como pode ser melhorada?	
Específico (1): Explicar quais as funções e orgânica da vertente operativa e da vertente criminalística.	PD1: Quais as funções e orgânica da vertente operativa e da vertente criminalística e qual o seu papel na investigação criminal?	1. Na sua opinião, o Despacho n.º 18/14 – OG, de 11 de março está adequado às necessidades atuais?
Específico (2): Compreender como interagem estas duas vertentes e quais os processos de trabalho existentes.	PD2: De que forma é realizada a interação entre as vertentes criminalística e operativa?	2. Considera que os procedimentos efetuados no local do crime estão devidamente vertidos e uniformizados, estando assentes na formação de ingresso na estrutura e na respetiva documentação?
Específico (3): Identificar possíveis problemas existentes na relação e na forma de interagir entre as vertentes da investigação criminal	PD3: Quais as dificuldades encontradas nesta relação?	3. Em que é que pode ser melhorada a interação e interoperabilidade entre ambas as vertentes da investigação criminal (operativa e criminalística) e quais os principais constrangimentos?
		4. Quais são as principais lacunas que identifica a nível procedimental?
Específico (4): Identificar possíveis problemas existentes na relação e na forma de interagir entre as vertentes da investigação criminal.	PD4: Quais as possíveis soluções para as dificuldades encontradas?	5. Na sua perspectiva, quais seriam as melhorias a implementar na relação entre as vertentes da investigação criminal?

Fonte: Autor

APÊNDICE B — CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Tabela 2 — Caracterização dos entrevistados

N.º	Identificação		Nome
	Posto	Função	
E1	TCor	Chefe SIIC	Paulo Cabrita
E2	Capitão	Cmdt DTer Almada	Luís Maciel
E3	Capitão	Cmdt DTer Palmela	Fábio Afonso
E4	Capitão	Cmdt Dter Montijo	Ricardo Samouqueiro
E7	Capitão	Cmdt DT Coima	Celso Pereira
E6	Sargento Chefe	Chefe SRPD	José Campos
E5	Sargento Ajudante	Chefe NAT	Leonel Neves
E8	Primeiro Sargento	Chefe NIAVE	Luís Pereira

Fonte: Autor

APÊNDICE C — CARTA DE APRESENTAÇÃO E GUIÃO DE ENTREVISTA



ACADEMIA MILITAR

A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL - RELAÇÃO ENTRE A CRIMINALÍSTICA E A OPERATIVA - ESTUDO DE CASO: COMANDO TERRITORIAL DE SETÚBAL

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR André Albano Nunes Filipe

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Tenente-Coronel de Cavalaria da GNR Diogo Almeida e Brito
Moreira Dóres

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2020

CARTA DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, é elaborado o presente Trabalho de Investigação Aplicada, subordinado ao tema “A Investigação Criminal - Relação entre a Criminalística e a Operativa - estudo de caso: Comando Territorial de Setúbal”.

O presente relatório tem como objetivo principal encontrar possíveis melhorias na relação entre a vertente criminalística e a vertente operativa no Comando Territorial de Setúbal, para que desta forma se consiga aperfeiçoar o cumprimento da missão destas mesmas vertentes da investigação criminal.

Neste sentido, surge a necessidade de realizar diversas entrevistas com vista à recolha de informações para a investigação referida. Estas entrevistas devem ser dirigidas a elementos de diferentes núcleos e secções, com experiência e conhecimento sobre as matérias em causa.

Face ao exposto, vimos por este meio solicitar que V. Ex.^a nos responda a um guião de entrevista, em formato digital, tendo em conta a impossibilidade de realizar entrevistas presenciais, devido ao atual estado de emergência que se vive no nosso país.

Uma vez que o seu contributo é muito relevante para atingir os objetivos propostos na investigação a realizar, pretende-se que as respostas sejam dadas com base no conhecimento e experiência dos entrevistados, tendo em conta a sua capacidade de análise e de síntese.

Gratos pela sua colaboração e disponibilidade.

Cordiais cumprimentos,

André Albano Nunes Filipe

Aspirante-aluno de Infantaria da GNR

GUIÃO DE ENTREVISTA

Identificação do Entrevistado:	
Nome:	
Posto:	Função:
Unidade:	
Local:	Data:
Entrevista:	
<p>1. Na sua opinião, o Despacho n.º 18/14 – OG, de 11 de março está adequado às necessidades atuais?</p> <p>2. Considera que os procedimentos efetuados no local do crime estão devidamente vertidos e uniformizados, estando assentes na formação de ingresso na estrutura e na respetiva documentação?</p> <p>3. Em que é que pode ser melhorada a interação e interoperabilidade entre ambas as vertentes da investigação criminal (operativa e criminalística) e quais os principais constrangimentos?</p> <p>4. Quais são as principais lacunas que identifica a nível procedimental?</p> <p>5. Na sua perspetiva, quais seriam as melhorias a implementar na relação entre as vertentes da investigação criminal?</p> <p>Obrigado pela sua colaboração.</p>	

ANEXOS

ANEXO A – ORGANOGRAMA DA DIC

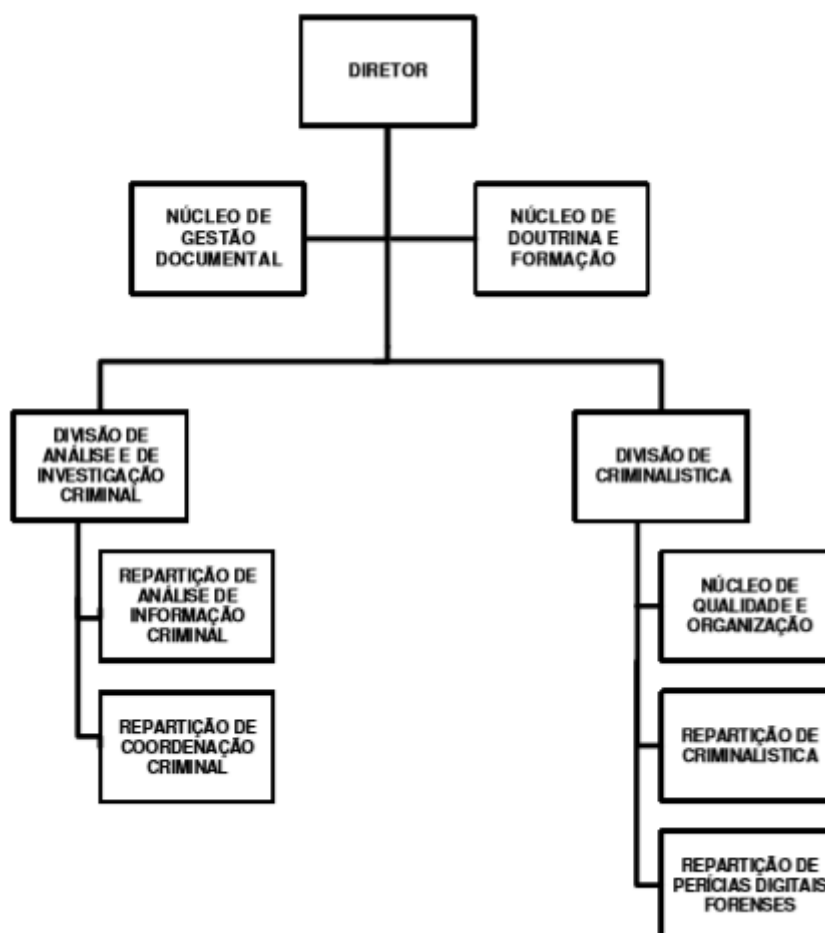


Figura 1 — Organograma da DIC
Fonte: Despacho n.º 488/18-OG

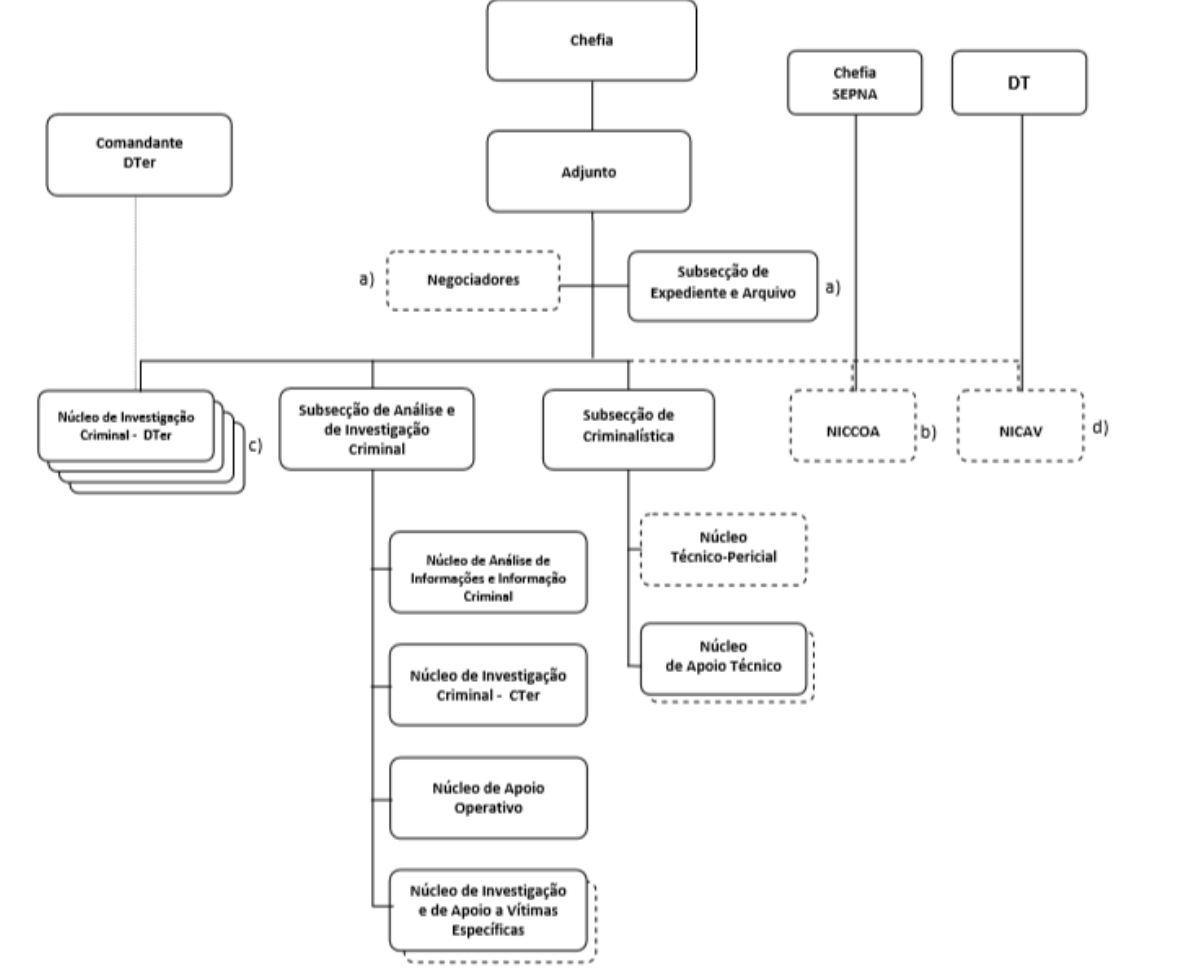


Figura 4 — Organograma da SIIC do CTer Tipo I
Fonte: Despacho n.º 18/14-OG